

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUANA BARBOSA MACHADO

**NACIONALISMO, NÃO-VIOLÊNCIA E OS NOVOS ATORES
ENGAJADOS NA POLÍTICA CONTENCIOSA BRASILEIRA: O CASO
DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)**

Porto Alegre, 2017.

LUANA BARBOSA MACHADO

**NACIONALISMO, NÃO-VIOLÊNCIA E OS NOVOS ATORES ENGAJADOS NA
POLÍTICA CONTECIOSA BRASILEIRA: O CASO DO MOVIMENTO BRASIL
LIVRE (MBL).**

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania.

Professora Orientadora:

Dra. Teresa Cristina Schneider
Marques

Porto Alegre, 2017.

Ficha Catalográfica

M149n Machado, Luana Barbosa

Nacionalismo, Não-Violência e os Novos Atores Engajados na Política Contenciosa Brasileira : o caso do Movimento Brasil Livre (MBL) / Luana Barbosa Machado . – 2017.

98 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques.

1. Movimento Brasil Livre. 2. Confronto político. 3. Movimentos Sociais. 4. Estado. I. Marques, Teresa Cristina Schneider. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUANA BARBOSA MACHADO

**NACIONALISMO, NÃO-VIOLÊNCIA E OS NOVOS ATORES ENGAJADOS NA
POLÍTICA CONTENCIOSA BRASILEIRA: O CASO DO MOVIMENTO BRASIL
LIVRE (MBL).**

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia.

Aprovada em ____ / ____ / _____ pela Comissão Examinadora:

Professora Teresa Cristina Schneider Marques, Dra.
Orientadora

Professor Marcelo Kunrath Silva, Dr.

Professor Rafael Machado Madeira, Dr.

Porto Alegre, 2017.

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta etapa, dando-me forças para seguir em frente e alcançar parte de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer pela realização deste trabalho consiste, primeiramente, em observar uma jornada que iniciou no ano de 2011, na primeira vez em que coloquei os meus pés na Universidade como discente. Evoco esse momento muito antes de iniciar o curso de Mestrado em Ciências Sociais, pois, foi ao longo da graduação que a paixão pela pesquisa se instalou em meu peito.

Para tanto, agradeço aos mestres que tive no percurso desta jornada, os quais me ensinaram, além de conceitos e práticas, grandes ensinamentos de vida e de profissão, sob o olhar sensível que o curso de Ciências Sociais propicia àqueles que optam por esse caminho. Ser Cientista Social é muito mais do que entender conceitos, ler inúmeras obras e produzir incessantemente. Ser Cientista Social é ver a vida de um jeito diferente, é entender o todo e com ele suas especificidades. Ser Cientista Social é ter sensibilidade para entender, sobretudo, o olhar do outro. Nesse primeiro momento, dedico meu sincero agradecimento a todos aqueles que me ensinaram a olhar o mundo com sensibilidade.

Em especial, agradeço aos mestres Hermílio Santos e Emil Sobottka, grandes responsáveis pelos ensinamentos que me trouxeram até aqui. E com grande estima, agradeço à Teresa Marques, professora orientadora deste trabalho. Agradeço pela compreensão, pelos ensinamentos, pelas críticas e elogios que me auxiliaram de forma a concluir esta pesquisa. Gratidão!

A minha família agradeço pela vida, pelos valores e por compreender meus anseios diante a esta jornada. Aos meus pais em especial, Antônio Carlos e Rosane, agradeço por me ensinarem a ser forte diante às adversidades encontradas ao longo do caminho. A minha família de coração e de alma, aos irmãos do Grupo de Umbanda Esotérica Raios de Luz, agradeço pelos sorrisos, risadas e amor. A Umbanda agradeço pelos ensinamentos, pela oportunidade de ser uma pessoa melhor, por crer em um amanhã de flores, alegrias e amores, pela fé que me guia.

Aos meus queridos amigos Patrick Brazeiro e Dionathan Ferrari, agradeço pelos abraços e compreensão diante das minhas faltas ou fugas imprevistas, mas, sobretudo, agradeço por nunca deixarem de apoiar esse sonho, acreditando sempre que seria possível realizá-lo. A minha “galera do bem”, Patrícia Godinho,

Jéssica Barbosa, Fernanda Lanhi, Lucas Perusso, Ângelo Perusso, Allana Cassariego e Matheus Teixeira (“o estranho”), agradeço pelos ouvidos, abraços, carinho, conselhos e amor. Vocês fazem parte do que há de melhor em mim.

Aos colegas e amigos Vagner Vargas e Thamires Borba agradeço pelas longas horas dispostas em conversas sobre os anseios compartilhados, na dor e alegria de ser “mestrando”. Em especial à Thamires, que me acompanhou do início ao fim desta jornada, compreendendo meus questionamentos no esforço de sempre auxiliar o desenvolvimento deste trabalho, através de diálogos e boas problematizações.

Por fim, agradeço a todos aqueles que fizeram parte desta construção.

É pra quem tem fé!

*“Todos os nossos conhecimentos,
passados, presentes e futuros, não são
nada em vista do que não saberemos
jamais”.*

Konstantin Tsiolkovsky

Resumo

A presente dissertação objetiva analisar o Movimento Brasil Livre (MBL). Uma das questões a ser trabalhada nesta pesquisa consiste em explorar, compreender e descrever a formação de novos atores engajados na política contenciosa da sociedade brasileira. Com base na teoria do confronto, a pesquisa buscou refletir acerca das questões que compõem o surgimento desse novo ator coletivo, o possível contexto que oportunizou a sua emergência no cenário político-social do país. Ainda busca problematizar o *modus operandi* no qual o MBL conduziu suas pautas, reivindicações e objetivos. A análise de tais questões está ancorada nos aspectos de (a) descrição do contexto sociohistórico no qual ocorre a emergência dos referidos atores vinculados à direita política, (b) o prognóstico de suas ações coletivas, como a identificação de repertórios de ação e a análise de *frames* a partir dos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência. Para tanto, documentos de índole diversa produzidos pelo MBL foram analisados com base em metodologia qualitativa.

Palavras-chave: Movimento Brasil Livre. Confronto político. Movimentos Sociais. Estado.

Abstract

The present dissertation aims to analyze the Free Brazil Movement (MBL). One of the questions to be addressed in this research is to explore, understand and to describe the formation of new actors engaged in the contentious politics of Brazilian society. Based on the theory of confrontation, the research sought to reflect on the issues that make up the emergence of this new collective actor, the possible context that facilitated its emergence in the political-social scenario of the country. It also seeks to problematize the modus operandi in which the MBL conducted its guidelines, claims and objectives. The analysis of these issues is anchored in the aspects of (a) a description of the sociohistorical context in which the emergence of these actors linked to the political right occurs, (b) the prognosis of their collective actions, such as the identification of action repertoires and the analysis of frames from the multi-thematic milestones nationalism and non-violence. For this purpose, documents of a different nature produced by MBL were analyzed based on qualitative methodology.

Key words: Free Brazil Movement. Political confrontation. Social movements. State.

Lista de Abreviaturas e Siglas

DEM	Democratas
EOPs	Estrutura de Oportunidades Políticas
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo Brasileiro
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPP	Teoria do Processo Político

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Manifesto do Movimento Brasil Livre.....	47
Imagem 02 – Protesto 04 de dezembro de 2016, São Paulo.....	72
Imagem 03 – Protesto 13 de março.	73
Imagem 04 – Protesto 04 de dezembro de 2015.	78
Imagem 05 – “Manifestação pacífica de extrema-esquerda”	83
Imagem 06 – “Isso sim é Democracia”	83
Imagem 07 – Diferenciação entre movimentos de direita e esquerda política	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. 2013: UM CANAL DE OPORTUNIDADES PARA O SURGIMENTO DE NOVOS MOVIMENTOS.....	21
2.1 A TEORIA DO CONFRONTO E OS CONCEITOS DE CICLOS DE PROTESTO, EOP, REPERTÓRIOS E <i>FRAMES</i>	22
2.2 A POLÍTICA CONTENCIOSA BRASILEIRA APÓS 2013 ANALISADA À LUZ DA TEORIA DO CONFRONTO.....	28
2.3 APÓS 2013: AS ELEIÇÕES E O FORTALECIMENTO DE UM NOVO CONSERVADORISMO NO BRASIL	34
3. O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL).....	44
3.1 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE E O DESENHO DE NOVOS ATORES NAS LUTAS SOCIAIS BRASILEIRAS	44
3.2 OS ENQUADRAMENTOS DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE.....	52
3.3 REPERTÓRIOS E ROTINAS: A AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE	59
4. O NACIONALISMO E A NÃO-VIOLÊNCIA: OS <i>FRAMES</i> DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE	66
4.1 NOTAS METODOLÓGICAS.....	67
4.2 NACIONALISMO E NÃO-VIOLÊNCIA UM OLHAR A PARTIR DOS <i>FRAMES</i> DE AÇÃO COLETIVA E A FIGURAÇÃO DOS NOVOS ATORES COLETIVOS NO BRASIL	70
4.2.1 Nacionalismo	
4.2.2 Não-violência	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	94

1. INTRODUÇÃO

A formação de um novo fazer político junto à esfera de lutas contenciosas no Brasil a partir do ano de 2013 traz consigo grandes desafios para o entendimento da sociedade e da política brasileira. Os novos sujeitos em cena, compostos por atores individuais e sociais, constituem uma diferente configuração no tocante às lutas sociais. A ação coletiva advinda dessa nova ordem de grupos possui traços culturais já conhecidos na política contenciosa, mas também emerge com formas diferenciadas de apropriação das rotinas que fundamentam sua ação coletiva. É no sentido de explorar e descrever o contexto de surgimento que proporcionou a abertura na estrutura de oportunidades políticas para a emergência de novos atores engajados na política brasileira que reside a problematização pretendida para esta pesquisa em caráter exploratório.

Os conflitos que marcaram o ano de 2013 no país, com maior ênfase durante o mês de junho, sinalizaram fortemente as mudanças que estavam por vir. A emergência de novos atores com uma visão ideológica voltada para um Estado com orientação liberal, principalmente relacionada à economia, foi delineada de forma indireta pela multidão que saiu às ruas de todo o país ao longo de 2013 (GOHN, 2016). A presença de milhões de pessoas em diversas cidades por todo o território nacional reivindicando questões relativas ao cotidiano, em busca de melhoria de serviços, acesso e direitos, agiu como força motriz para o entrelaçamento de rumos diferenciados na trajetória de grupos engajados.

As discontinuidades observadas ao longo das manifestações ocorridas no ano de 2013, além de oportunizar maior ênfase na emergência de novos grupos e atores coletivos, também tornou explícitas certas fragilidades na estrutura política do Estado. O descontentamento da população brasileira em torno de questões sociais e econômicas extrapolou as razões questionadas pelo engajamento de atores individuais e coletivos no ano de 2013, possibilitando espaço para a aplicação de novas pautas e o envolvimento de atores individuais e coletivos em confronto.

Este movimento de discontinuidade serviu como incentivo para que atores em diferentes contextos sociais e econômicos tivessem a possibilidade de expor questões relativas a pautas até então pouco enfatizadas, oportunizando a tais atores

a formação de agendas distintas às aquelas realizadas no ano de 2013. Com isso, o ciclo de protesto iniciado no referido ano teve grande ênfase quanto a sua repercussão gerando a emergência de um ativismo reacionário¹ conduzido por atores sociais ligados às classes dominantes brasileiras (SILVA; PEREIRA; SILVA, 2016). O recorte realizado pelos referidos autores demonstra a existência de pesquisas que visam a compreender o engajamento político de atores ligados à classe dominante brasileira. Entretanto, pouco foi estudado até o presente momento sobre as possíveis causas para a abertura, a emergência, o êxito e a manutenção de movimentos sociais como o MBL, em seu determinado contexto de surgimento.

Com base nas considerações realizadas até então destaca-se como fio condutor desta pesquisa a análise de um ator coletivo emergente na política brasileira, o Movimento Brasil Livre (MBL). Para tanto, optou-se por utilizar dois objetivos centrais para este trabalho: (1) descrever o contexto de surgimento do MBL e (2) analisar os enquadramentos (*frames*) realizados por esse ator coletivo sob os marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência².

A pesquisa a ser realizada nesta dissertação tratará de elucidar questões específicas sobre o engajamento dos novos atores individuais e coletivos brasileiros, a partir da figura do MBL. Para melhor compreensão do fenômeno social estudado nesta pesquisa será utilizado como base teórica a Teoria do Confronto Político, de Charles Tilly (1977; 2008), McAdam e Tarrow (2009; 2011).

Dentre as características dos estudos do confronto, salientando o trabalho realizado pelos autores acima, a base de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOPs) é uma das grandes contribuições para a pesquisa político-sociológica, pois considera as dimensões formais e informais de que possibilitam a abertura e a criação de “novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*” (ALONSO, 2016, p. 55). Esta contribuição proporciona um amplo sentido entre a atuação de grupos que, ao visar à política contestatória, entrelaçam sua atuação realizada na base ao universo da política institucional.

¹ Segundo Bobbio (2007) os comportamentos considerados como reacionários são aqueles que visam, sobretudo, a manutenção do *status quo* na busca de inverter a tendência à mudança e a ampla democratização do poder político, do nivelamento de classe e *status*.

² A escolha dos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência surge a partir do estudo exploratório realizado em leitura flutuante dos documentos de índole diversa coletados para o processo de seleção de dados a serem tratados, em conjunto com as atribuições relacionadas ao conceito de marcos interpretativos e/ou marcos multitemáticos.

A dinâmica das ações coletivas que resultam em estruturas de oportunidades políticas é de suma importância para a continuidade dos movimentos sociais e seus esquemas de mobilização política, como também para elucidar o surgimento de novos atores no contexto de mobilização e participação. As ações coletivas são responsáveis pela viabilização de mobilizações, servindo também como acesso para que grupos desprovidos de recursos possam vir a mobilizar-se buscando a sua inserção e legitimidade no campo de disputas.

O confronto político ocorre quando pessoas comuns juntam forças para fazer reivindicações a outras pessoas cujos interesses passariam a ser afetados se estas fossem atendidas. De maneira geral, tais reivindicações são realizadas frente a elites, autoridades e opositores. O surgimento do confronto político é como uma reação a mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas, onde pessoas agem de forma contenciosa na tentativa de fazer valer seus interesses perante seus opositores (TARROW, 2009).

O conceito de oportunidades e restrições políticas, com grande enfoque no primeiro capítulo deste trabalho, condiz aos recursos externos e ao processo de geração da ação coletiva que propiciam o fortalecimento do contexto de surgimento de atores coletivos. As oportunidades políticas são caracterizadas como dimensões consistentes de um confronto que servem como força motriz para pessoas comuns possam vir a se engajar em manifestações, mobilizações, protestos ou a grupos de política contenciosa e movimentos sociais (TARROW, 2009).

Oportunidades e restrições políticas são partes fundamentais de um confronto político, além de encorajar e desencorajar atores, demandas e reivindicações, elas também ajudam a traduzir a maneira como o confronto político passa a se estabelecer em um determinado contexto político e social³. Nesta pesquisa utiliza-se tal conceito como essencial para a compreensão do contexto de surgimento que possibilitou a formação de novos atores coletivos, como no caso do MBL, bem como o proceder do processo contencioso que envolve sua ação coletiva e os enquadramentos realizados por este grupo.

³ É importante ressaltar que o confronto político não ocorre da mesma maneira em todas as sociedades, a existência deste, além de ser uma construção social de longa duração é, também, um fator desencadeado de forma temporal e contextual (TARROW, 2009).

Segundo Tarrow, “é a mudança nas oportunidades e restrições políticas que proporciona aberturas que conduzem atores com poucos recursos a se engajar no confronto político” (TARROW, p. 39, 2009). À medida que se avança em rumo às oportunidades políticas deve-se atentar para as ações sustentadas pelos atores engajados, para seus pontos fortes e fracos, os quais compreendem o uso das oportunidades de ação que impulsionam seus interesses expostos em disputa (TILLY, 1977).

Nesse sentido, a ocorrência do confronto político está intimamente associada com a relação de oportunidades e restrições políticas de um determinado contexto, em uma dada sociedade. Estas oportunidades e restrições políticas formam os aspectos que potencializam ou rompem o processo de emergência e ocorrência de ações coletivas, ciclos de confronto e o próprio conflito estabelecido entre atores engajados e seus opositores. É importante ressaltar a relevância desta teoria do confronto político para a contribuição dos estudos de movimentos sociais e para a pesquisa realizada aqui.

O problema de pesquisa norteador deste estudo exploratório consiste em descrever o contexto de surgimento e quem são estes novos atores individuais e coletivos, buscando, assim, analisar a maneira com a qual os mesmos conduzem sua ação coletiva a partir de seus repertórios e marcos multitemáticos e *frames*. Para tanto, será utilizada aqui a teoria do confronto inicialmente para compreender o surgimento das aberturas que oportunizaram a ação contenciosa do MBL.

Desta forma, será utilizado na presente pesquisa o pressuposto que os acontecimentos ligados ao confronto político ocorrido no ano de 2013 possibilitaram a abertura na estrutura de oportunidades políticas para o surgimento de atores coletivos como o MBL. Ao levantar tal pressuposto pretende-se descrever o contexto de surgimento deste ator coletivo, bem como sua ação coletiva e a análise de *frames* de ação, sob os marcos multitemáticos nacionalismo e não violência.

Ao considerar o referido pressuposto e os objetivos desta pesquisa levanta-se a hipótese de que a escolha de *frames* multitemáticos foi uma opção estratégica do Movimento Brasil Livre ao visar à continuidade de sua organização após o fim do ciclo de governo do Partido dos Trabalhadores.

Para além da referida hipótese, a pesquisa tratará de descrever a maneira como estes novos atores coletivos, ligados à direita política, configuram suas reivindicações, quais os enquadramentos utilizados dentro o recorte dos marcos multitemáticos citados, bem como seu envolvimento social e político sob a identificação do fazer político realizado pelo MBL. Ressaltam-se, também, as dissociações a serem descritas ao longo desta pesquisa no tocante ao fazer político dos movimentos de esquerda e direita⁴.

Esta pesquisa utilizará como base a teoria do confronto a fim de compreender as ações coletivas e enquadramentos realizados pelo MBL, destacados nesta pesquisa, desde o seu surgimento até a validação e o reconhecimento social e político do referido grupo. Para tanto, busca-se a apropriação de dados secundários, produzidos e divulgados pelos próprios organizadores do Movimento Brasil Livre nas mídias sociais sob seu domínio e demais mídias digitais, com a especificidade do recorte temporal desta pesquisa nos anos de 2014 a 2016.

Esta técnica de coleta de dados foi adotada em razão da ampla utilização que esse ator coletivo faz das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que, segundo Silva (2015) configura um importante aspecto que produz mudanças significativas quanto aos instrumentos tradicionais de construção e difusão e de conteúdo produzido por estes atores coletivos. Ressalta-se, ainda, a descrição da condução e do *modus operandi* da ação coletiva, que será realizada com base na transcrição de vídeos produzidos pelo próprio MBL, pelo uso de imagens publicadas pelos mesmos e demais mídias digitais, acerca mobilizações realizadas por este ator coletivo.

O recorte temporal realizado para a análise dos dados contempla os anos de 2014, a contar do primeiro registro do MBL, através de seu manifesto, até o ano de

⁴ Segundo Bobbio (1995) direita e esquerda são conceitos utilizados para designar o contraste entre ideologias e ações realizadas em âmbito político. Classifica-se como esquerda o espectro ideológico que busca defender a igualdade e a justiça social, e direita o espectro ideológico que não tem tais concepções como principal objetivo, compreendendo a desigualdade como inevitável e, em alguns aspectos, como desejável (BOBBIO, 1995). Em outras palavras, a esquerda política é caracterizada pelo papel ativo do Estado quanto à redução da injustiça ou desigualdade social, classificando-o, assim, como intervencionista. Em contraposição, a direita política é caracterizada pela defesa de um Estado mínimo, não intervencionista, limitando este a garantia da ordem pública, atribuindo ao mercado (livre economia) a coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA, 2006). Aqui será considerada a ponderação de ambos os atores, é nesse sentido que se atribuirá as diferenças entre direita e esquerda política ao longo desta dissertação.

2016. Em relação ao recorte espacial não haverá especificidades quanto localidades precisas, leva-se em consideração que os eventos realizados pelo MBL ocorreram de maneira concomitante em diversas cidades brasileiras e as declarações a serem analisadas ocorrem em momentos pontuais de suas ações, tanto em eventos quanto pelo uso das novas TICs.

No tocante a produção textual da presente pesquisa, realizou-se a seguinte organização: o primeiro capítulo tratará de descrever os eventos que antecederam o surgimento do Movimento Brasil Livre, com o recorte temporal específico do ano de 2013, quando o Brasil passou por diversos eventos de mobilização popular, protestos e reivindicações que indicam mudanças na condução e enfoque das ações coletivas e confrontacionais no país.

O segundo capítulo detalha a ação coletiva do MBL, as condições contextuais que deram vazão aos enquadramentos utilizados, bem como seus repertórios de ação e reivindicações. Neste capítulo se verifica a importância desta pesquisa exploratória, pois, além de esclarecer as questões norteadoras do surgimento deste grupo também descreve os desdobramentos contextuais e a maneira como a mobilização de atores individuais foi realizada, a manutenção das pautas, reivindicações e estratégias ligadas ao surgimento destes novos atores, com seu ponto máximo de atuação após as eleições presidenciais ocorridas em 2014.

O terceiro capítulo tem como foco a análise dos marcos multitemáticos do MBL, com o destaque para o nacionalismo e a não violência. Os marcos multitemáticos são caracterizados por serem atemporais e universais, fazendo com que sejam mais eficientes no cumprimento das três funções dos *frames* destacadas por Bringel e Echart (2008, p. 464). De acordo com os autores, em geral eles são usados por movimentos transnacionais que precisam mobilizar pessoas de diferentes países, culturas e contextos políticos. 2013 evidenciou a variedade e desencontro de demandas e anseios da população, ao mesmo tempo em que deixou claro o seu potencial “mobilizatório”.

A escolha desses marcos multitemáticos justifica-se pelo caráter atemporal e universal que sugerem as categorias nacionalismo e não violência, com isso essa pesquisa trabalha, em consonância com a hipótese da mesma, que esses marcos foram uma opção estratégica do MBL, com vistas à continuidade da organização

para a mobilização de atores e legitimidade de sua pauta *pré-impeachment* e após o ciclo de governo do PT.

Para tanto, partiremos de uma análise qualitativa dos dados coletados, os quais correspondem a declarações públicas difundidas pelo uso de novas TICs, vídeos realizados nos atos de mobilização, pautas e reivindicações. O método de análise qualitativa possibilita ao tratamento de dados coletados de documentos de índole muito diversa e permite a análise crítica e descritiva com base em uma teoria específica. Ressalta-se, ainda, que a escolha de tal método para o tratamento de dados desta pesquisa permite o uso de dados secundários, como folhetos explicativos, imagens, ou conteúdos produzidos pelos próprios atores pesquisados como fonte de informações relevantes para a pesquisa científica. Desta maneira pretende-se balizar os resultados da referida análise com os objetivos geral e específicos, e a hipótese inicial desta pesquisa, a fim de validar a problemática deste estudo exploratório, encaminhando-o às considerações finais.

2. 2013: UM CANAL DE OPORTUNIDADES PARA O SURGIMENTO DE NOVOS MOVIMENTOS

As manifestações ocorridas no ano de 2013, com maior ênfase no mês de junho, tardaram a ter análises mais profundas sobre a complexidade da sua natureza e de suas consequências para a política institucional. Os atos realizados neste período revelaram um potencial grandioso ao alavancar uma grande onda de protestos em todo o país, cujas dimensões e sentidos políticos deixaram um grande legado a ser compreendido (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Para além do alto índice de participação popular nas manifestações de Junho de 2013, também denominadas por analistas como as “Jornadas de Junho” em alusão à obra de Karl Marx⁵ (SINGER, 2013), os acontecimentos ocorridos durante o referido período causaram grande impacto em toda a sociedade brasileira.

As oportunidades políticas caracterizam, conjuntamente com outros fatores, que serão conceituados ao longo desta dissertação, o confronto político. São estas oportunidades responsáveis pela criação de novos canais de participação e de expressão para novos grupos sociais (ALONSO, 2009; TARROW, 2009). O conceito Estruturas de Oportunidades Políticas (EOPs) está inserido na corrente teórica denominada como Teoria do Processo Político, também conhecida como TPP. A Teoria do Processo Político visa explicar fenômenos sociais conectados à mobilização política, como movimentos sociais, protestos, manifestações e as mais variadas formas de mobilização (MACADAM, MCCARTHY, ZALD, 1996; TARROW, 2009; TILLY, 1977), ao que tange o confronto político.

Desta maneira, o enfoque a ser realizado na primeira seção do presente trabalho visa compreender o conceito de oportunidades políticas da teoria do confronto a partir do cenário de lutas sociais do ano de 2013, partindo desta reconstrução contextual para a construção de um canal de oportunidades para o surgimento de novos movimentos sociais na sociedade brasileira após tal recorte temporal.

⁵ Vide a obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, onde Karl Marx descreve os acontecimentos das Jornadas originais, qual é classificada como o maior acontecimento na história das guerras civis europeias. MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2001.

2.1 A teoria do confronto e os conceitos de Ciclos de Protesto, EOP, Repertórios e *Frames*

O ano de 2013, além de fornecer novos contornos para a política contenciosa no Brasil, também permitiu grandes aberturas em relação às oportunidades políticas. A partir da própria lógica que figura os ciclos de protesto pelo potencial de deflagração do confronto observou-se grande adesão quanto à mobilização. As pautas trabalhadas em 2013 foram de grande abrangência, tendo participação dos mais diversos atores, sendo estes previamente organizados, ou por aqueles que aderiram à luta em voga.

Os repertórios⁶ de ação coletiva foram de grande variabilidade, perpassaram por interesses comuns e os mais diversos. O caráter de multiplicidade nas lutas de 2013 foi um dos grandes fatores para a deflagração dos ciclos de protestos ocorridos como legado deste período. Os acessos à abertura na estrutura de oportunidades políticas (EOPs) para os grupos insurgentes, ou antagônicos, foram sendo delineados ainda em meio ao confronto ocorrido durante as “Jornadas de Junho”. O clamor antipetista aparecia tímido em meio às diversas demandas levadas às ruas. O qual seguiu pautado pelo discurso ligado ao “mau uso da máquina pública”, aos brados de “Fora Dilma”, em meio ao clamor dos protestos contra o aumento da tarifa do transporte público (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Tal ocorrência indica, sobretudo, a passagem de um confronto localizado para o que os teóricos do Processo Político (TPP) denominam como ciclos de protesto.

Os ciclos de protestos consistem na ampliação de um confronto local para a formação de ciclos gerais que contemplam o período de intensificação de um determinado conflito. Estes ciclos são formados na fase acentuada de um confronto e resultam em uma rápida difusão da ação de setores mais mobilizados para setores menos mobilizados, ou antagonistas (TARROW, 2009). A difusão acerca da ação coletiva acarreta, também, um movimento rápido de inovação nas formas de confronto, rotinas e ação coletiva, em quadros interpretativos e na combinação de participação não organizada com a participação organizada de atores coletivos e

⁶ O conceito de repertórios de ação remete ao conjunto de ações coletivas desempenhadas por atores em confronto. Os repertórios são construções que partem de princípios históricos, sociais e culturais, podendo ser utilizados como legado histórico, sendo reproduzidos por diferentes atores coletivos, como também podem ser complementados por inovações no sentido de sua rotina e aplicabilidade, quando em caráter modular (TILLY, 1977; TARROW, 2009; ALONSO, 2012).

individuais envolvidos na sequência de fluxos intensificados de informação e de interação com autoridades (TARROW, 2009, p.185).

A generalização do conflito num ciclo de confronto começa quando se abrem oportunidades políticas para “os primeiros insurgentes” bem posicionados, quando suas reivindicações estão em ressonância com as de outros que sejam significativos, quando dão origem a coalizões objetivas ou explícitas entre atores diferentes e criam ou renovam a instabilidade na elite (TARROW, p. 184, 2009).

As reivindicações que deflagram um confronto são sempre restritas a um grupo específico, que pode vir a oportunizar a adesão confrontacional de novos e diferenciados grupos ao conflito, resultando em ciclos de confronto. Esta ação coletiva que oportuniza adesão ao confronto é responsável por (a) localizar e demonstrar a fragilidade de seu oponente diante ao confronto; (b) desafiando os interesses de seus oponentes e (c) sugerem convergências entre desafiantes (e outros grupos) através do uso de quadros interpretativos abrangentes, também conhecidos como *master frames*. O conceito de *master frames* (quadros mestres) consiste em formas de enquadramento amplo que possibilitam a unificação de diversos indivíduos e grupos em torno de um mesmo fator motivacional (NUNES, 2013). No caso específico desta pesquisa optou-se em utilizar o conceito de marcos multitemáticos para descrever e compreender o uso e a aplicação dos enquadramentos (*frames*) propagados, a partir a estrutura de oportunidades políticas após 2013, pelo Movimento Brasil Livre.

De acordo com Bringel e Echart (2008) os marcos multitemáticos são utilizados por movimentos sociais com o intuito de mobilizar pessoas de diferentes localidades, culturas e contextos políticos, sendo aplicado e compreendido com maior facilidade dentro o enquadramento conceitual de movimentos transnacionais. Aqui será utilizado o conceito de marcos multitemáticos considerando a variedade de demandas, desencontros e anseios da sociedade brasileira observados no confronto ocorrido em 2013, em que, ao mesmo tempo, deixaram como legado a força motriz do potencial mobilizatório contido em atos confrontacionais após dado período.

Esta clareza quanto ao potencial mobilizatório que o ano de 2013 deixou como legado de suas manifestações, em consonância com o ciclo de protesto gerado a partir deste período, demonstra aspectos ligados à deflagração de ações contenciosas ocorridas após 2013. Considera-se aqui que a deflagração de um

confronto político consiste na propagação de um conflito localizado que, com a sua acentuação, pode alcançar o patamar de ciclos de protestos (TARROW, 2009). Esse processo indica, a partir do reconhecimento do confronto político em sua totalidade, a abertura na estrutura de oportunidades políticas (EOPs) para que novos atores configurem um cenário mais amplo de mobilizações possibilitando, também, uma atuação ativa junto à esfera política institucional.

A abertura na estrutura de oportunidades políticas, em conjunto com a deflagração de um dado confronto, pode vir a contemplar tanto atores com pautas semelhantes aquelas já mobilizadas, quanto a atores com pautas antagonistas, fator que corrobora para o crescimento e a intensificação do confronto político (TARROW, 2009). O que no caso a ser descrito aqui intensificou o olhar desta pesquisa para o ciclo de confronto gerado a partir das manifestações de 2013, contexto que proporcionou, em conjunto com fatores a serem descritos no próximo capítulo, o surgimento do Movimento Brasil Livre.

O potencial mobilizador dos ciclos de protestos também amplia os territórios de conflito, extrapola limites geográficos, visando oportunizar a novos atores potenciais o uso de rotinas e repertórios de ação coletiva já conhecidos e/ou inovadores. Segundo Tatagiba (2014) as dinâmicas dos ciclos de protestos estão intimamente conectadas na interação entre atores engajados e o Estado.

O vínculo entre mobilização coletiva e política institucional é a chave para a compreensão dos ciclos de protestos. As dinâmicas dos ciclos são influenciadas pelos padrões de interação entre movimentos sociais e Estado, no decorrer do jogo político rotineiro no qual atores organizados buscam influenciar instituições. Ao mesmo tempo, as dinâmicas de mobilização e desmobilização internas ao ciclo podem provocar mudanças nas relações entre autoridades e desafiadores, abrindo espaço para a expressão de novos atores e discursos, com potenciais impactos sobre a política institucionalizada (TATAGIBA, 2014, p. 38 e 39).

De acordo com Tatagiba (2014) as mudanças internas de mobilização e desmobilização ocorridas em ciclo de confronto podem gerar espaços para a vinculação de novos atores individuais e coletivos, interesses e expressões. Tal abertura para a expressão de novos atores e discursos pode ser vinculada ao aspecto de desmobilização ocorrido em 2013, nas ondas de protestos realizadas em tal ano.

Para compreender o caráter de desmobilização do confronto, alguns aspectos são considerados como pontos chave. Além da fragilidade de coalizões, devem-se observar atentamente os precedentes de institucionalização e a relação existente entre repressão e facilitação, os quais dão vazão ao processo de construção, continuidade ou descontinuidade de um confronto político (TILLY, 1973).

A fragilidade do Estado perante os acontecimentos ocorridos no ano de 2013 foi sendo exibida a cada mobilização e, conforme a intensificação destas aumentavam as ações repressivas advindas do Governo, através do uso da força policial que bradou pela “manutenção da ordem pública”. Para Fernandes (2016) a ideia da violência advinda do Estado, em parte, esteve legitimada pela propagação de argumentos midiáticos que passaram a criminalizar gradativamente os atores engajados nos protestos de 2013. Tal questão trazida por Fernandes (2016) exemplifica a relação entre a repressão e a desmobilização ocorrida ao longo dos protestos de 2013, que, ocasionalmente, gerou elementos simbólicos para a construção dos enquadramentos utilizados posteriormente por atores coletivos como o MBL nos ciclos de protestos após 2013.

A noção de repressão e facilitação trabalhada por Tilly (1977) e Tarrow (2009) integra o funcionamento das lutas sociais no tocante as EOPs para o engajamento de novos grupos e pautas. No caso do ano de 2013 os acontecimentos confrontacionais que abalaram as estruturas mobilizatórias estão intimamente conectados ao uso da violência, tanto como tática de determinados grupos em confronto, quanto pelo uso do aparato policial como tentativa do Estado para conter os atores individuais e coletivos engajados em confronto.

Neste caso a violência enquanto política é caracterizada pela manifestação de poder, servindo como instrumento para o confronto e sobreposição das vontades de um determinado grupo (o Estado). Pensar em uma relação de poder e violência no confronto entre grupos e o governo, é também pensar e ressaltar uma relação entre dominantes e dominados que impacta diretamente a favor da continuidade ou descontinuidade de dado confronto.

Dentre os elementos de ameaça e oportunidade das ações coletivas a repressão configura um meio importante de restrição aos atores em disputa, que condiciona a estrutura de oportunidades políticas de um confronto. A violência como estratégia e imposição de poder é utilizada como meio para que o Estado impeça a

manutenção do confronto pelos manifestantes. Esta mesma violência é justificada como fim de “segurança” ao Estado de direito, difundida entre toda a sociedade através de meios de coerção, por discursos e pela mídia interessada em naturalizar tal realidade. Porém, deve-se considerar a violência também como um mecanismo de ação de grupos que se opõem ao governo, ou a demandas específicas de uma elite.

As ações coletivas cujas rotinas e recursos são baseados no uso da violência servem, também, como mecanismo de vinculação e desvinculação em um confronto. Nesse sentido a violência ocorre como uma ação interativa, tanto na relação entre apoiadores e aqueles que a repudiam, quanto como tática entre aqueles que protestam e o policiamento, representante do poder e controle do governo.

O uso da violência como instrumento de ação autoritária do Estado, através do aparato policial, somado com as demonstrações de fragilidade institucional e o descontentamento da sociedade perante a administração da máquina pública, aos poucos foi abrindo espaço para outros atores na trama de ações contenciosas. Seguindo o desenrolar dos ciclos de confronto de 2013, que findaram com aspecto de descrença da população brasileira perante grave crise política e a descontinuidade destas mobilizações. O contexto de mobilizações e violência de 2013 forjara entre suas diversas pautas e contestações um conjunto de “novos atores” que em meados do ano de 2014 passaram a ocupar os mais variados espaços públicos no país, justificando sua mobilização como pacífica e legítima.

Os enquadramentos e a formação de representações sociais acerca da polarização categórica de manifestantes “vândalos *versus* pacíficos”, fomentada interpretada e propagada pela grande mídia (FERNANDES, 2016) obteve participação decisiva quanto à produção deste fenômeno discursivo ampliando a relação de *frames* utilizados pelo MBL a fim de tornar suas mobilizações legítimas perante a sociedade brasileira. Enquadramentos interpretativos (*frames*) funcionam como “processos de construção e atribuição de sentido” (SILVA, COTANDA E PEREIRA, 2017, p. 143), que possibilitam a utilização construções simbólicas para definir situações cotidianas e processos de interação (GOFFMAN, 2012).

No caso dos enquadramentos incorporados aos estudos de movimentos sociais, cabe salientar os estudos realizados por Snow e Benford (1988; 2000), Mc Adam, Mc Carthy e Zald (1996) e Tarrow (2009), que atribuem a enquadramentos os

esquemas que condensam aspectos e informações das ocorrências cotidianas visando mobilizar atores de fora da *polity* (ALONSO, 2016) garantindo o apoio de espectadores a fim de desmobilizar atores antagonistas.

Nesse sentido os enquadramentos utilizados pela mídia em 2013 acabaram propagando significações simbólicas acerca de representações sociais ligadas aos atores envolvidos em confronto no ano de 2013 que deixariam como legado, conjuntamente com a abertura na estrutura de oportunidades políticas, marcos multitemáticos e *frames* que foram utilizados pelo Movimento Brasil Livre para dissociar sua ação coletiva das ações contenciosas realizadas por atores individuais e coletivos no contexto que antecede o surgimento desse ator coletivo.

A relação entre ciclos de protestos, oportunidades políticas e *frames*, foi amplamente delineada em junho de 2013, fator que corroborou ainda mais para a construção de novas rotinas de protestos, qualificando as ocorrências sociais do referido período como inovadoras. Os protestos de 2013 trouxeram novas formas de ação coletiva além de demarcar na agenda do confronto político brasileiro aspectos transnacionais (GOHN, 2016). Dentre os aspectos transnacionais a serem observados nesta pesquisa, com ampla influência nas mudanças citadas, destaca-se a ampliação na capacidade de comunicação, como forma de expansão para as oportunidades políticas e de recursos, bem como o intercâmbio político entre os atores engajados que corroboram para a estruturação e dinamismo do confronto político (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Um dos grandes pontos de mudança nas estruturas de protesto, bem como na estrutura de oportunidades políticas, está atrelado à organização do processo mobilizatório, realizado através da internet pelo uso de redes sociais – também por intermédio de novas TICs (tecnologias da informação e comunicação), bem como a utilização deste tipo de mídia para noticiar em tempo real os acontecimentos dos protestos, gerando um fluxo intensificado de interações entre atores engajados e atores *outsiders*.

A inovação nas rotinas⁷ de protesto marcou fortemente 2013. A diferenciação latente ao longo de cada manifestação no referido ano destoou do modelo adotado,

⁷ Segundo Charles Tilly (1995) “rotina” condiz à interação dos sujeitos engajados em conflito, sua abrangência ocorre no repertório de protesto e qualifica a relação *face a face* entre os sujeitos. São

há muito, por movimentos sociais e grupos de protesto no Brasil. Como já mencionado nesta pesquisa, as características de grande heterogeneidade dentre os atores engajados nos protestos deste período desenharam novas possibilidades de participação, como também reavivou a noção de espaço público como espaço político para atores sociais que se mantinham como *outsiders* dentre a política contenciosa.

As mudanças tratadas acima, bem como a coerência entre os fatos ocorridos, as “inovações” no fazer político, entre outros aspectos mencionados ao longo da presente exposição, encaminha este estudo para a noção da ampliação das oportunidades políticas, e ao objetivo de aprofundar aqui os esquemas de oportunidades, *frames*, repertórios e ciclos de protestos que abriram espaço para novos atores coletivos, ao que tange o confronto político no Brasil após o ano de 2013.

2.2 A política contenciosa brasileira após 2013 analisada à luz da Teoria do Confronto

O ano de 2013, em relação à estrutura da política contenciosa no Brasil, possibilitou grandes mudanças no tocante às lutas sociais. As mudanças operam desde a apreensão de novos fazeres contenciosos que implicam diretamente na relação contida entre manifestantes e o Estado, chegando às mudanças em nível tecnológico, bem como a ampliação das agendas e pautas reivindicadas pelos atores engajados. A alteração nas questões demandadas pelos diferentes atores engajados nas manifestações em 2013 marcou a história do país, encaminhando o processo reivindicatório para o enfoque nas mais diversas questões do cotidiano (GOHN, 2016).

A alteração no funcionamento da política contenciosa brasileira, observada fortemente ao longo do ano de 2013, principalmente nas Jornadas de Junho, em consonância com a Teoria do Confronto Político (TPP), foi trabalhada amplamente por autores buscando o entendimento deste fenômeno inovador na história das lutas sociais brasileiras (TATAGIBA, 2014; GOHN, 2015; GOHN, 2016). Segundo Silva,

estratégias de repertório, formas de comunicar reivindicações, onde os atores envolvidos podem escolher a maneira de engajamento interacional que resulta no processo de confronto político.

Pereira e Silva (2016) as considerações realizadas até então sobre as mobilizações de 2013 trataram de elucidar, sobretudo, o caráter progressista destas manifestações, enfatizando a atuação dos atores engajados à esquerda política e a resposta popular à problemática socioeconômica ligada a esfera político institucional (SILVA; PEREIRA; SILVA, 2016, p. 1 e 2).

Inicialmente, os dados sobre as manifestações de junho de 2013 foram divulgados por meio de jornais e revistas. Os meios de comunicação foram responsáveis pela condução dos acontecimentos discursivos e factuais deste período. Segundo o jornal *O Globo*⁸, o ano de 2013 reuniu mais de 1,4 milhões nas ruas das principais capitais e em 120 cidades de todo o país.

Diversos acontecimentos caracterizaram o ano de 2013 como um período de difícil compreensão, desde o problema de classificação das massas que saíram às ruas, ao entendimento das ações ocasionadas nos protestos. O que se observou neste período foi “um movimento amplo, de massa, polissêmico e multiforme, bastante diferente de outros que aconteceram na recente história do país” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 47). Segundo Tatagiba (2014, p. 39), um ponto comum entre as análises de junho de 2013 foi o reconhecimento da multiplicidade de reivindicações realizadas nos protestos, mesmo sob a bandeira central da isenção da tarifa no uso do transporte público.

O conflito foi fortemente marcado por aspectos discursivos, violência, bem como a participação de diversas pessoas reunidas por objetivos semelhantes em sua diversidade. O que começou em meados do referido ano com a reivindicação do preço no aumento do valor da tarifa do transporte público, findou com as mais diversas reivindicações, desde o acesso a educação de qualidade às melhorias na condução da máquina pública.

Em junho foi diferente [...] as massas nas ruas afirmam o desejo do exercício da política sem mediações institucionais, a lógica de “cada pessoa um cartaz” tão presente nos protestos de junho, ratificava que – para além da demanda básica, “a redução da tarifa” – os sentidos dos atos poderiam ser tantos quantos aqueles dispostos a encarar a disputa pelo enquadramento do confronto. E nesse caldeirão, o desejo por mais participação e respeito do direito das minorias (como na pauta em favor da legalização do aborto e dos direitos sexuais) vinha junto com propostas de militarização, redução da maioria penal e contra avanços sociais. À medida que o protesto se nacionalizava, o “desejo por mudança” e “contra

⁸ Dados referentes ao público das manifestações de junho de 2013. *O Brasil foi às ruas em Junho de 2013*. Fonte: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>>. Acesso em: 31/10/2016.

tudo o que está aí” se metaforseava em diferentes e contraditórias bandeiras de luta que acabavam dividindo espaço em um mesmo protesto (TATAGIBA, 2014, p. 41).

As manifestações de 2013 não consistiram em um fenômeno generalizável, mas sim em fenômenos episódicos, específicos, com características singulares de acordo com a realidade de cada cidade onde ocorreram (FERNANDES, 2016). Embora exista a salvaguarda do aspecto de singularidade nos episódios das manifestações, pesquisadores também identificaram a existência de pontos comuns que unificaram as lutas das massas nesse período. A ocorrência das recorrentes tentativas de apropriação do espaço público, ruas, praças e parques, para o exercício de plebiscitos, buscando ampliar os espaços para diálogo, bem como para reivindicar questões acerca do descontentamento para com o funcionamento institucional e as formas de representação, aponta para aspectos comuns aos grupos de protestos (ANTUNES; BRAGA, 2014).

Ao olhar para o confronto estabelecido em 2013 pudemos notar, conforme a descrição de Tatagiba (2014) e de Antunes e Braga (2014), grandes metamorfoses ao decorrer de cada manifestação. Além de unir grande multiplicidade de indivíduos, pautas e organizações, 2013 também possibilitou, aos olhos da sociedade brasileira, grande potencial mobilizatório em um período que desenhou os primeiros contornos de contestação quanto a grave crise social e política ocorrida no Brasil.

Quanto à análise sob os repertórios utilizados pelos manifestantes é sobressalente a realização de passeatas e a entonação de palavras de ordem, ambas as ações transcorrendo, em suma, de maneira pacífica. Porém, em momentos isolados na rotina de protestos ocorreram, concomitante o uso de repertórios pacíficos, a utilização de ações qualificadas como violentas, caracterizando claramente o que a TPP denomina como repertórios de confronto⁹. As formas contenciosas de ação, por lançarem desafios aos detentores de poder, produzem solidariedade¹⁰ entre os indivíduos em interação simbólica e efetiva,

⁹ Cabe ressaltar aqui que se entende por repertórios de confronto o conjunto de ações coletivas aplicadas a desafios contenciosos (TARROW, 2009).

¹⁰ Ao que tange questões de solidariedade e identidade coletiva, o grande propulsor de interação é o reconhecimento dos atores perante aspectos de interesses comuns postos em disputa. Tais aspectos de solidariedade e identidade coletiva são aplicados a movimentos sociais, porém, eventos esporádicos como protestos e mobilizações também apresentam um propósito comum de solidariedade (TARROW, 2009).

angariando ao grupo em questão força suficiente para a emergência de confronto político. O que demonstrou e deixou como legado o potencial mobilizatório e confrontacional a partir dos acontecimentos ocorridos em 2013.

Para ilustrar questões pertinentes ao confronto político ocorrido a partir dos protestos de 2013 compete inserir aqui alguns elementos que auxiliam na contextualização do referido momento histórico. As manifestações de 2013 tiveram como grande ícone articulador o Movimento Passe Livre (MPL)¹¹, que acabou sendo visto como “uma nova forma política de agir” (WARREN, 2014, p. 418). Além desse importante articulador central, as manifestações de 2013 também contaram com inúmeras pessoas não vinculadas ao MPL, que passaram a se tornar sensíveis às reivindicações mobilizadas pelo coletivo ou, pelo espaço aberto dentre a estrutura de oportunidades políticas para a expressão de outras reivindicações que não especificamente a pauta sobre o transporte público.

Este movimento de sensibilização e/ou reconhecimento do espaço público como um amplo espaço de reivindicação angariou os protestos de 2013 forte heterogeneidade de público e demandas, potencializando consideravelmente a magnitude dos eventos de mobilização. Dentre os aspectos ligados ao potencial mobilizador de 2013 ressalta-se a pesquisa realizada por Silva, Pereira e Silva (2016), no tocante a participação de atores individuais ligados às classes dominantes brasileiras, os quais reivindicavam pautas em cunho reacionário.

De acordo com Silva, Pereira e Silva (2016) o ativismo observado no ano de 2013 foi realizado por atores ligados à esquerda política, mas também por notável articulação das elites brasileiras. A divisão de espaços públicos observada em 2013, apontada pelo estudo destes autores, demonstra desde tal período as tentativas de inserção de atores sociais ligados à direita política em resposta ao potencial mobilizatório desenhado ao longo dos protestos de 2013, mesmo este estando

¹¹ O Movimento Passe Livre (MPL) fora originalmente criado no ano de 2005, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com o enfoque em reivindicações quanto ao aumento da tarifa do transporte coletivo. A atuação do MPL, observada para contextualização de parte desta pesquisa segue no ano de 2013, onde tal grupo obteve ampla participação no tocante às lutas sociais realizadas no referido período. As mobilizações do MPL, em 2013, iniciaram em janeiro, mês que precede o reajuste anual das tarifas do transporte público, com grande afluência no mês de Junho, denominado como “Jornadas de Junho”, que segundo Gohn (2013), reuniu aproximadamente um milhão de pessoas nos protestos de Junho em todo o país, configurando a importância deste ator coletivo quanto às ações contenciosas no Brasil.

vinculado a pautas levantadas por atores coletivos ligados a esquerda política, como o MPL.

Para Tatagiba (2014) as performances confrontacionais dos protestos destacam, sobretudo, a ênfase do olhar sobre a política institucional e contestatória, o que possibilita a compreensão da estrutura de oportunidades políticas que passou a ser delineada já em 2013 em todo o território nacional, ficando como legado para os grupos emergentes a partir de tal contexto. Nesse sentido, a agenda teórica ligada a Teoria do Processo Político (TPP) passou a ser mais valorizada em nível de análise sobre os acontecimentos ocorridos nestas mobilizações, desfocando o olhar restrito aos movimentos sociais, mas sim valorizando as dinâmicas contenciosas que permeiam ação coletiva, repertórios de ação e o confronto político entre Estado e sujeitos/grupos engajados em protestos e a política institucional.

Enquanto se ouvia, de um lado, o brado dos militantes do MPL visando mudanças sistêmicas em cunho político emancipatório, também se ouvia, por outro lado, visões antagônicas defendendo os *status quo* de interesses corporativistas de classe, a exemplo, à contraposição realizada ao Programa “Mais Médicos” (WARREN, 2014). Não obstante a isso, o conflito de 2013 ultrapassou formas de ação puramente reivindicatórias, houve também ocorrências de grupos que utilizaram o uso de violência física, em contraposição a grupos que buscavam puramente ações ligadas à manifestação simbólica. Tal amplitude descrita acima, bem como a heterogeneidade de indivíduos e grupos, além de potencializar a incitação de conflito com o Estado, também corroborou para pontos de vista conflituosos entre os próprios manifestantes.

O confronto político travado em 2013, com todos os fatos descritos até o presente momento, contou, também, com a ação repressiva do Estado através do uso do aparato policial e de instrumentos repressivos como bombas de efeito moral e balas de borracha, dando às manifestações o caráter ainda mais conflituoso. A atuação expressiva da polícia como um aparato utilizado pelo Estado para a manutenção da ordem pública, bem como a utilização de violência pelos manifestantes fora enquadrada como rotina nos protestos de 2013, caracterizando fortemente as ações coletivas das manifestações (SINGER, 2013).

Os elementos argumentativos do discurso hegemônico sobre junho de 2013 seguem a lógica contemplativa da espetacularização da violência, sendo o mesmo

que acontece com outros fenômenos sociais no Brasil, como a forte explicitação da violência nas favelas, o aumento nas taxas de violência urbana e os demais conflitos sociais (MENDONÇA; DAEMON, 2013). Esse comportamento midiático massivo serviu tanto para potencializar o confronto entre os grupos e sujeitos envolvidos, quanto para legitimar e aclamar o uso de violência repressiva realizado pelo Estado a cada ciclo de protesto, deslegitimando, assim, parte de tal processo mobilizatório.

Quando a violência é observada, enquadrada e deflagrada pelos meios de comunicação em massa como uma ruptura da ordem, pode vir a reforçar argumentos de falso silogismo que produzem a ideia de que a resolução dos problemas desta ordem residiria apenas no aumento de instrumentos repressivos utilizados pelo Estado para manter a ordem social. Assim, abrem-se oportunidades para a criação de enquadramentos simbólicos que propulsionam ainda mais as situações de confronto (MENDONÇA; DAEMON, 2014). É neste sentido, que a construção da categoria “vândalos” serviu como elemento legitimador da violência repressiva do Estado perante os manifestantes, bem como deslegitimou repertórios de confronto utilizados pelos atores engajados nas manifestações em 2013.

Segundo Tarrow (2009) a ação coletiva característica de um confronto político condiz a formas de comportamento privado que traduzem um propósito coletivo. A soma de interesses privados combinados com questões relativas à estrutura de oportunidades e restrições políticas soa como a força motriz para atores agirem coletivamente em torno de interesses comuns, sejam estes a níveis políticos, sociais ou culturais (TARROW, 2009). Desta maneira, ações coletivas de confronto emergem com a base nos eventos de mobilização, não necessariamente violentas ou extremas, mas como principal fonte de meios para pessoas comuns, desprovidas que recursos para uma ação puramente individual, buscassem efetivar seus interesses contra oponentes poderosos que, no caso de 2013, foi ilustrado pela figura do Estado e a elite política.

Os atos confrontacionais e simbólicos inscritos na sociedade brasileira ao longo das manifestações de 2013 deixaram forte legado para ciclo de protestos que surgira em 2014. A dinâmica de ação coletiva e os repertórios de confronto estiveram intimamente conectados à noção de oportunidades políticas e as suas ocorrências dentre os ciclos de protestos. Relacionar a noção de repertórios à esfera das lutas sociais é de suma importância para o entendimento de um dado confronto

político, pois auxilia a ampla dimensão de entendimento do fenômeno estudado. O conceito de repertório, segundo Charles Tilly (1977), ajuda a descrever o que acontece no confronto político, identificando o conjunto de rotinas apreendidas, compartilhadas e executadas através do processo de deliberação de escolhas dos atores envolvidos. Tal conceito abrange, concomitantemente, tanto a esfera estrutural quanto a esfera cultural, as relações simbólicas e enquadramentos do confronto político.

Ao olhar para os acontecimentos ocorridos em 2013 sob a perspectiva da teoria do confronto político, observa-se que neste período houve, em meio a relação de repressão e facilitação contida nos episódios de protestos, a possibilidade de abertura na estrutura de oportunidades políticas, que oportunizou a adesão de grupos insurgentes ao cenário da política contenciosa no Brasil. Ao longo das duas primeiras subseções desta pesquisa buscou-se descrever os acontecimentos ocorridos em 2013 a partir da leitura da teoria do confronto para prosseguir o debate acerca do contexto de surgimento de atores coletivos como o Movimento Brasil Livre. Para tanto utilizou-se os conceitos de repertórios, ciclos de protestos, *frames* e oportunidades políticas a fim de descrever os acontecimentos contenciosos que antecederam a dinâmica contenciosa ocorrida no Brasil após o confronto de 2013.

2.3 Após 2013: as eleições e o fortalecimento de um novo conservadorismo no Brasil

O legado dos protestos ocorridos no ano de 2013, com maior enfoque nas Jornadas de Junho, marcou fortemente a história do país. O que teve início com a pauta da redução/isenção da tarifa cobrada pela circulação no transporte público terminou com o alto envolvimento da população que foi às ruas clamar também por direitos sociais, acesso, e pela manutenção de status classista – no caso da classe médica, referente ao Programa “Mais Médicos” (WARREN, 2014), como também pela baixa qualidade da gestão pública nacional realizada pelo Partido dos Trabalhadores. Esse movimento de massa polissêmica e multiforme (ANTUNES; BRAGA, 2014) representou um novo momento na sociedade brasileira.

Como observado nas subseções anteriores, o ano de 2013 funcionou, também, como grande propulsor de oportunidades políticas. A força motriz

encontrada, principalmente, por detrás das manifestações de junho, denotou ainda em seu funcionamento presente as inúmeras possibilidades de manifestação, além de expor certa fragilidade política do Estado. Novos atores passaram a ser formados ainda em 2013, bem como fundamentos, oportunidades de acesso e participação junto ao espectro político brasileiro. Após o ano de 2013, e também ao longo deste, o país passou a ver novas ou, até então, adormecidas, possibilidades.

A primeira característica de grande contraste entre a política contenciosa brasileira ocorrida no ano de 2013 e após o surgimento de novas identidades coletivas, reside na diminuição do uso da violência policial contra os manifestantes, seguido pela emergência de organizações e movimentos sociais com agendas voltadas para orientação política liberal e conservadora¹². Foi a partir disso que três grandes grupos com orientação voltada para a direita política, também conhecidos como contra governo¹³, encontraram oportunidade de ação a partir da fragilidade do Estado, como o caso dos grupos Vem pra Rua¹⁴, Revoltados *OnLine*¹⁵ e Movimento Brasil Livre – MBL¹⁶.

Após explosões de manifestos e das inovações no campo das lutas sociais, através da inclusão das novas TICs que possibilitaram maneiras diferenciadas de organização dos levantes, oportunizou-se, também, a composição de novos atores sociais. Em 2013 já se observava o descontentamento da população com a administração do Governo de Estado perante suas demandas, com maior ênfase

¹² A atribuição do caráter “liberal e conservador” realizada por esta autora para qualificar os novos atores engajados na política contenciosa brasileira, com o recorte específico sob a imagem propagada pelo objeto desta pesquisa o Movimento Brasil Livre, dá-se ao fato de que os materiais publicados pelo MBL em suas redes sociais disseminam discursos com vinculação liberal, no tocante aos aspectos econômicos, e com aspectos conservadores, quando reforçam questões ligadas a moralidade. Em vídeo publicado no canal *youtube* exemplifica parte do posicionamento do MBL quanto a proibição do aborto e o direito à vida, com a fala de um dos líderes nacionais do grupo em questão: <<https://www.youtube.com/watch?v=4Lawg6KLIU>>. Ainda, ao longo desta pesquisa, maiores informações sobre o posicionamento do MBL quanto ao seu caráter liberal e conservador serão expostas e debatidas.

¹³ Cabe ressaltar que nos anos de 2013 ao início do primeiro semestre do ano de 2016 o partido político à frente do Governo Federal foi o Partido dos Trabalhadores, com agenda e manifesto voltados para uma orientação de esquerda política.

¹⁴ O movimento Vem pra Rua é definido como “[...] um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor”. Disponível em **Quem somos?** <<http://www.vempraru.net/sobre-nos/>>. Acesso em: 15/11/2016.

¹⁵ Maiores informações em: <<https://revoltadosonline.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15/11/2016.

¹⁶ O Movimento Brasil Livre – MBL é definido como: “[...] uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal>. Maiores informações no site: <www.mbl.org.br>. Acesso em: 15/11/2016.

naquelas de cunho social e econômico. O dinamismo e rapidez proporcionados pelas novas TICs, utilizados como ferramenta para aperfeiçoar a propagação da ação coletiva, também abriram precedentes para a ampliação do campo de diálogo entre atores coletivos e atores institucionais.

Os repertórios realizados por estes novos atores pouco diferem em termos de ação coletiva daqueles realizados em 2013. Em termos de pauta central, o conteúdo programático dos protestos mobilizados por estes novos atores está muito distante da demanda central reivindicada em cenário confrontacional anterior. Além das referidas observações, outras questões pertinentes são observadas nas mobilizações após 2013, como, por exemplo, a faixa etária dos participantes, os grupos sociais que convocam os protestos e sua composição social (GOHN, 2016). Estes novos atores conduziram explicitamente suas ações de forma política e com maior organização quanto à mobilização do que as ações características dos grupos que foram as ruas no ano de 2013.

Em 2014 a bandeira principal das manifestações estava blindada ao jargão “Não vai ter Copa” (GOHN, 2016, p. 136), sua principal demanda estava ligada a reivindicações contra o teto dos gastos públicos, já ressoando um tipo diferente de organização dos protestos, maior objetividade nas demandas e um perfil mais homogêneo nas agendas de protestos.

O ano de 2014 trouxe, em grandes ondas de protestos como as ocorrências observadas em 06/12/2014 na cidade de São Paulo¹⁷, além de novas demandas e atores, o clamor de protestos pacíficos, sem o uso de violência pelos manifestantes. Tal característica demonstra a maneira de apropriação simbólica realizada por estes novos atores engajados no tocante à questão da violência/repressão deixada como legado de 2013. Essa apropriação remete diretamente a um dos marcos multitemáticos a ser analisado posteriormente nesta pesquisa, sob os *frames* que figuram o discurso de “não-violência”. Além desta característica, foi no referido ano que os brados pelo fim da corrupção, bem como o esclarecimento sobre os gastos

¹⁷ O protesto realizado no dia 06/12/2014, segundo o Jornal Data Folha, bem como registro da Polícia Civil reuniu cerca de oito mil manifestantes na Avenida Paulista, uma das principais Avenidas da Cidade de São Paulo/SP. Maiores informações em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/ato-em-sao-paulo-reune-protestos-contradilma-os-desvios-na-petrobras-a-votacao-da-meta-fiscal-14759749>>. Acesso em: 20/12/2016.

públicos para as construções padrão FIFA, bem como questionamentos acerca dos escândalos envolvendo a Petrobras.

Aos poucos os atores engajados foram adquirindo mais seguidores a partir do caráter de afinidade com as pautas de reivindicação. Neste mesmo ano ocorreram dois importantes fatores que contrastam a ocorrência do confronto vivenciado pela sociedade brasileira no ano de 2013 e 2014, a efetiva formação de movimentos sociais ligados diretamente à direita política e o posicionamento do Estado perante os esses novos sujeitos engajados. Considera-se aqui que ambos os fatores emergiram como elementos resultantes do processo de eleições presidenciais de 2014.

O momento político eleitoral ocorrido em 2014, em vias de eleições presidenciais, em muito refletiu o descontentamento de grande parcela da população brasileira em relação à gestão do Estado observado desde as manifestações ocorridas em 2013. A corrida eleitoral realizada pelos (as) candidatos (as) Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), Pastor Everaldo (PSC), Eduardo Jorge (PV), Levy Fidelix (PRTB), Zé Maria (PSTU), Eymael (PSDC), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), foi amplamente marcada por demandas e questionamentos advindos das manifestações a partir de 2013.

Segundo Couto (2014) as disputas políticas de 2014 sugerem a abertura de um modelo de eleições críticas, bem como a abertura para novos realinhamentos partidários e eleitorais. Considerar os acontecimentos sociopolíticos ocorridos ao longo do ano de 2013 torna-se uma maneira viável para compreender o descontentamento de parte da população brasileira diante dos anos de gestão do Partido dos Trabalhadores, como também proporciona maior espaço para a compreensão do crescimento de uma nova direita política no país.

Ao observar os resultados das eleições presidenciais do ano de 2014 nota-se claramente uma mudança significativa quanto às escolhas eleitorais da população brasileira neste dado período. A disputa das eleições presidenciais chegou ao segundo turno com os candidatos Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), em margem percentual de 52% das intenções de voto para a candidata do PT e 48% das intenções de voto para o candidato do PSDB (DATAFOLHA, 2014),

configurando o empate técnico entre os candidatos mais votados do primeiro turno da referida eleição presidencial.

O referido percentual indica, sobretudo, a objetificação do clamor das ruas de todo o Brasil ao que tange a insatisfação de uma parcela considerável da população. Contudo, a escolha justificada em um novo modelo de governança para o país, na acirrada campanha de segundo turno não foi o suficiente para a vitória do partido tucano. Ao fim do segundo turno desta eleição Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) obtém a maioria de votos com 51,64% sob o percentual de 48,36% de votos para o candidato Aécio Neves do Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB)¹⁸.

Conforme os dados publicados no portal G1, relacionados acima, se observados por regiões apontam algumas questões pertinentes à discussão acerca da composição dos novos atores sociais e políticos no Brasil. A ampla maioria de votos realizados por Dilma Rousseff (PT) obteve grande expressão nos Estados da região norte e nordeste do país, enquanto Aécio Neves (PSDB) obteve maioria de votos nos Estados das regiões sul, sudeste e centro-oeste, com a ressalva de uma disputa acirrada entre ambos os candidatos em Estados dentre tais regiões.

Esse fator indica, além da porcentagem de votos dos candidatos por regiões do país, um aspecto interessante relacionado à população de tais regiões. As regiões sul, sudeste e centro-oeste, detém um padrão socioeconômico mais abastado do que as regiões norte e nordeste. Estes fatores podem ser correlacionados com a formação socioeconômica de parte da população brasileira que foi às ruas por todo o país a partir do ano de 2013. A mudança na estrutura populacional do perfil de manifestantes engajados em confronto, combinado com a divulgação dos escândalos de corrupção e a disputa acirrada das eleições presidenciais que garantiu a vitória da candidata Dilma Rousseff (PT) potencializou ainda mais o envolvimento destes novos atores em conflito, ampliando ainda mais a estrutura de oportunidades políticas.

[...] o cenário pós-eleitoral revelou que o acirramento da disputa, que já era perceptível em certos setores da mídia e no ambiente virtual das redes sociais, seria capaz também de ganhar as ruas. A derrota apertada da

¹⁸ Publicação realizada pelo portal G1, com o mapeamento das eleições presidenciais de 2014. Maiores informações: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/>>. Acesso: 22/02/2017.

candidatura oposicionista tornou explícito o (res) surgimento de uma direita extremada e autoritária, fenômeno que já havia aparecido embrionariamente em 2010 (num movimento ironicamente autoproclamado como “defesa da democracia”), mas que desta feita foi mais longe em seus reclamos, reivindicando o *impeachment* da presidente recém-eleita e até mesmo a intervenção militar (COUTO, 2014, p. 22 e 23).

Após a conjuntura de manifestações ocorridas no ano de 2013, onde o antipetismo esteve por trás de reivindicações anticorrupção, abriu-se o início do ciclo de oportunidades políticas para o surgimento e posterior manutenção de pautas trazidas por atores individuais ligados à direita política. A ocorrência da eleição presidencial realizada em outubro de 2014 conduziu o fortalecimento de oportunidades para a ação confrontacional desta nova configuração da política contenciosa brasileira.

O caráter conservador destes novos atores engajados conecta-se intimamente com os aspectos de intolerância diante a conjuntura político-institucional realizada pelo Partido dos Trabalhadores, através da propagação de ideias radicais de direita no cenário pós-eleitoral (COUTO, 2014). É necessário aqui, antes de aprofundar a discussão acerca do papel que constitui um movimento social junto à conjuntura político partidária, definir aspectos sobre a ideologia destes novos atores, assim sendo, a nova direita.

A nova direita na América Latina é constituída a partir de uma postura política que carrega consigo elementos da velha direita baseando-se no capitalismo como um modelo econômico de preceitos morais tradicionais. Contudo, a composição desta nova direita aceita e utiliza de vantagens das políticas sociais implementadas por partidos políticos de esquerda, ao mesmo tempo em que busca a dissociação entre o período da ditadura militar e os partidos da velha direita. Essa nova configuração da direita política, no caso brasileiro, se enquadra em três *statements* (a) o liberalismo econômico, com a diminuição da intervenção do Estado, garantindo a igualdade de oportunidades, (b) a defesa da democracia e (c) a defesa extremada de valores ligados à família tradicional (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015).

É importante ressaltar esse novo movimento observado no Brasil a partir desta configuração no cenário da política contenciosa no país, ao ultrapassar o limiar descolado entre movimentos sociais e o universo político, conduzindo estes

novos grupos a prática de política contestatária¹⁹ (MC ADAM; TARROW, 2011). A vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores a reeleição Dilma Rousseff, foi um grande divisor de águas para o momento presente das lutas sociais observadas a partir de 2014 na realidade brasileira.

Esta divisão se refletira nas manifestações de março de 2015, gerando duas correntes de protestos. Uma enfatiza o protesto contra a corrupção, especialmente em empresas públicas, como a Petrobrás, investigada pelo Ministério Público Federal via operações específicas, a exemplo da “Lava Jato”, questiona os políticos, pede impeachment da presidente Dilma Rousseff e é contra o Partido dos Trabalhadores. A outra questiona novas políticas públicas do novo governo da presidente Dilma Rousseff, especialmente a do ajuste fiscal econômico, mas não é contra o governo como um todo. É preciso registrar também que, em 2015, aliada à crise política gerada pelas denúncias de corrupção, o cenário econômico do país se altera com o retorno da inflação e do desemprego, paralização de obras públicas etc. (GOHN, 2016, p. 139).

No ano de 2015, precisamente no mês de março, as multidões retornaram às ruas no país. Em número de atores mobilizados que muito se assemelhou a ênfase dos ciclos de protestos ocorridos em junho de 2013, contudo as demandas reivindicadas tomaram o cenário nacional com grandes mudanças no repertório de ação. O grande pano de fundo, mencionado anteriormente, conduziu inúmeras pessoas a contestações contra a política governamental do partido da situação nacional.

Segundo investigações brevemente descritivas, os jovens que tomaram as ruas no ano de 2013 foram substituídos por pessoas de todas as faixas etárias, em muitos casos famílias nucleares foram encontradas entre os adeptos dentre esses novos atores em cena, em suma indivíduos que compõem a classe média brasileira (GOHN, 2016). A organização destas manifestações ocorreu configurada pelo uso de novas TICs, como no ano de 2013, também foi observado o uso de táticas já vivenciadas pela sociedade brasileira, como caminhões de som, onde organizadores e apoiadores entoavam seus levantes e discursos repletos de ideologia, com ideais e pensamentos diferentes daqueles entoados outrora.

¹⁹ O conceito de política contestatária, primeiramente trabalhado por Charles Tilly (2008), com a presente referência de Doug Mc Adam e Sidney Tarrow (2011), condiz com uma das formas do fazer político dos movimentos sociais. Esta abordagem carrega um novo sentido para a política contenciosa, não mais isolando às ações coletivas de movimentos sociais ao passo de dissociá-las do fazer político. A abordagem de política contestatária abre diferentes precedentes para o entendimento do processo político, levando em consideração a maneira como os movimentos sociais influenciam e são influenciados em uma íntima relação com a política de forma mais ampla, ao se tornar parte e ser reconhecido como uma forma de política.

A exigência de uma política mais dura, a liberdade de imprensa, ou de livre expressão, bem como os fortes ideais conectados ao pensamento liberal e conservador foram fortemente forjados ao longo dessa nova onda de protestos, além do uso constante do argumento discursivo de “somos diferentes deles”, referenciando os atores engajados no confronto político do ano de 2013. Nas referidas manifestações, foi de grande interesse de seus organizadores tal diferenciação na condução de suas reivindicações, um dos aspectos marcantes foi o discurso de que o uso da violência não se fez necessário para que a atenção da população estivesse voltada para as suas demandas.

A composição desses novos grupos organizados, ou movimentos sociais, ligados à direita política, com seu efetivo nascedouro ao findar de 2014 logo após o resultado das eleições presidenciais, representa uma ligação íntima entre a política de base e a política partidária. Pouco se pôde observar as ligações externas dos líderes do MBL com atores institucionais, contudo, em alguns eventos mobilizados por este ator coletivo houveram declarações públicas realizadas por políticos ligados ao sistema partidário, como o caso de Deputados Federais ligados ao Partido da social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Popular Socialista (PPS)²⁰. As declarações públicas realizadas no protesto do dia 13 de março de 2016 denotam o possível avanço e ligação que o MBL possui entre as elites políticas, bem como o seu afeto institucional vinculado a partidos políticos com orientação centro-direita, ou, neste contexto em específico, contra governo.

A discussão teórica acerca de movimentos sociais e política institucional em muito ocorre de forma dissociada, onde movimentos sociais não são considerados como comportamento coletivo (MCADAM; TARROW, 2011). Em uma perspectiva de política contestatória, os movimentos sociais e o sistema de política institucional são mutuamente constitutivos. Desta maneira, a política realizada por movimentos sociais está intimamente conectada com o processo político institucional, influenciando diretamente a maneira como estes últimos exercem sua tomada de

²⁰ As declarações públicas realizadas pelos Deputados Federais relacionados acima ocorreram na mobilização do dia 13 de março de 2016, convocada pelo Movimento Brasil Livre através de suas redes sociais. Link para acesso ao vídeo publicado pelo MBL em seu canal do *YouTube*: <<https://www.youtube.com/watch?v=No-QcM20IJU>>.

decisões representativas, a exemplo o papel decisivo das votações que legitimaram o *impeachment* de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores no Brasil em 2016.

As fortes mudanças observadas no contexto político brasileiro apontam, em muito, para a conexão admitida pelos teóricos do Processo Político (TPP) entre a política contenciosa e política contestatória. As pautas reivindicadas pelos movimentos anticorrupção/pró-*impeachment* obtiveram grande adesão em relação ao poder executivo e legislativo no Brasil, ou seja, parte significativa da tomada de decisão realizada por ambos os poderes teve como justificativa “as vozes do povo”. O nível contestatório de atuação destes novos atores sociais tomou proporções crescentes levando o descontentamento de inúmeras pessoas às ruas, à mídia, ao governo e, por fim, às urnas nas eleições dos candidatos a vereadores e prefeitos dos municípios de todo o país no ano de 2016, sendo o processo eleitoral considerado como fonte de acesso a Estrutura de Oportunidades Políticas (EOPs).

O apelo realizado à população por estes novos atores esteve fortemente amparado a questões de cunho moral e na exigência de ética política, ao invés de apostar na tradição construída por movimentos ao longo da história da construção da sociedade brasileira (GOHN, 2016). Tal diferenciação ocorrida na história dos movimentos sociais brasileiros impactou diretamente na maneira como a política contenciosa está sendo realizada no Brasil. Pouco se sabe sobre a fundamentação destes movimentos sociais de cunho conservador, sobre a forma como aplicam sua ação coletiva e a lógica de seus enquadramentos. Eis que surge o grande objetivo do presente estudo, descrever o contexto de surgimento destes novos atores a partir das mobilizações de 2013 e aprofundar o conhecimento acerca destes novos atores e de sua organização, tendo como objeto o Movimento Brasil Livre – MBL, como principal articulador desta nova realidade no tocante dos movimentos sociais brasileiros.

O capítulo subsequente tratará de elucidar questões relativas às oportunidades políticas que possibilitaram o surgimento do Movimento Brasil Livre, seus enquadramentos, rotinas de ação coletiva e repertórios de confronto. Desta maneira, visa-se a descrição densa do surgimento desses novos atores coletivos, bem como a configuração de uma política contenciosa realizada por atores sociais ligados a uma agenda com orientação à direita política. Utilizar-se-á de elementos contextuais que elucidam a emergência do MBL, grupo que constitui em seu campo

de articulação à nível nacional, regional e local, registrando presença efetiva em 15 Estados e cerca de 61 municípios²¹, bem como os fatores que corroboraram para o sucesso de suas reivindicações e para a manutenção de sua ação coletiva, a partir dos marcos multitemáticos e *frames* utilizados por este ator coletivo, em todo o território brasileiro.

²¹ Os dados referidos sobre a organização nacional, organizações estaduais e municipais, foram retirados das páginas registradas pelo MBL em sua rede social no *site Facebook*.

3. O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

O presente capítulo tem por objetivo, além de contemplar a problemática de pesquisa, situar o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL), como objeto elencado para exemplificar o novo conservadorismo na agenda política dos movimentos sociais na sociedade brasileira. A partir de conceitos e breve contextualização histórica realizado no capítulo anterior, busca-se maior profundidade descritiva quanto a esses novos atores, suas formas de ação contenciosa, marcos multitemáticos, enquadramentos (*frames*) e condução do confronto político. Na primeira subsecção deste capítulo será realizada a descrição do MBL, seu surgimento e o contexto político nacional, quanto às oportunidades políticas. E em continuidade (subsecção 2.2), os enquadramentos (*frames*) utilizados pelo movimento, bem como (subsecção 2.3) seus respectivos repertórios de ação.

3.1 O Movimento Brasil Livre e o desenho de novos atores nas lutas sociais brasileiras

O Movimento Brasil Livre emergiu em meio a um momento marcado por lutas sociais travadas no país. Após grande efervescência no campo de ações contenciosas ocorridas após o ano 2013, conforme exposição realizada no capítulo anterior, observa-se vasto campo de oportunidades políticas para o surgimento de adesões e projetos contenciosos antagonistas. Neste cenário de oportunidades surge, como inovação nas agendas políticas olhares voltados para uma orientação conservadora, que busca romper com a lógica de uma agenda de governo nacional direcionada para orientação ideológica à esquerda política.

Aqui será observado o conservadorismo através da conceituação realizada por Oakeshott (2014) que condiz a ideia da gestão de um governo com atividade limitada, consistindo em fornecer as regras gerais de conduta como instrumento para que os indivíduos possam perseguir os seus anseios com risco mínimo quanto a frustração dos objetivos individuais perante objetivos gerais.

As manifestações de grupos ligados à direita política no Brasil de forma alguma são novidade para a sociedade, contudo, jamais alcançaram o reconhecimento de tantos atores individuais *outsiders* como nos anos de 2014 a

2016. Segundo Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, pequenos grupos articulados com pautas ligadas a articulação contenciosa com vistas à direita política passaram a existir nos últimos dez anos. A emergência pública de tais grupos coincide com a liderança política nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

O ressurgimento desse conservadorismo no Brasil, a partir do novo desenho de engajamento quanto à política contenciosa vem sendo observado fortemente nos movimentos sociais formados a partir de 2013 e do estopim político através do resultado das eleições presidenciais de 2014. O discurso ligado ao liberalismo econômico, com a redução da intervenção do Estado na esfera socioeconômica segue na redoma de um fundo conservador. Entretanto, a tentativa de dissociar a imagem desta nova direita conservadora da velha direita ligada ao regime totalitário (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015) foi realizada através de um discurso voltado para a liberdade individual²², o que justifica o aspecto liberal encrustado nestes novos atores engajados, como o caso do MBL.

Em alguns momentos do ano de 2013, em meio às manifestações ocorridas, brevemente se escutava o brado de alguns atores individuais deslocados em meio à multidão. Os gritos de “Fora PT” e “Fora Dilma” no contexto das manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público, delineavam o surgimento público de um pequeno movimento desses novos atores na política contenciosa brasileira (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). É importante ressaltar que no referido contexto da política contenciosa brasileira a atuação dos movimentos sociais engajados em confronto político não esteve pautado em agendas vinculadas a direita política, o Levante Popular da Juventude²³, o Bloco de Lutas Pelo Transporte Público²⁴ e o Movimento Passe Livre saíram às ruas reivindicando a diminuição, ou isenção, da tarifa do transporte público.

²² Ressalta-se que o discurso com apelo à liberdade propagado pelo MBL está intimamente atrelado à liberdade individual no tocante ao aspecto econômico, visando um Estado mínimo. Quanto aos aspectos conservadores, o MBL ancora-se sob a ideia de governo com atividade limitada, consistindo em fornecer as regras gerais de conduta como mecanismos para que os indivíduos possam perseguir as seus anseios com uma frustração tão pequena quanto possível (OAKESHOTT, 2014, p. 18).

²³ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltados para a luta de massas. Maiores informações em: < <http://levante.org.br/#about>>. Acesso em: 22/02/2017.

²⁴ O Bloco de Lutas Pelo Transporte Público é composto por diversas organizações unidas pela luta contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público e popular de qualidade. Maiores informações em: <

O fenômeno ocorrido em 2013 acabou extrapolando tais pautas, envolvendo em si outras questões tais como críticas aos programas sociais, corrupção e a gestão do governo nacional, vinculada ao PT. A contar do ano de 2013, as disputas, bem como o reingresso de atores individuais liberais conservadores fora intensificando, fortalecendo novas relações e gerando novos atores coletivos para o conflito político. O discurso voltado para pautas contra governo passou a ficar ainda mais explícito ao longo da campanha presidencial no ano de 2014, fator que precipitou a emergência concisa de protestos com tal enfoque (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201).

Ao findar do ano de 2014, as manifestações ocorreram nos meses de novembro e dezembro, configuraram a nova fase da política contenciosa no país. O brado emergente soava através de discursos contra a corrupção ao expor escândalos como o que ocorrera com a Petrobras²⁵, abrindo maior precedente para a o surgimento de organizações e movimentos mais concisos, como o MBL.

O Movimento Brasil Livre, fundado ao final do ano de 2014²⁶, foi estruturado em meio a grave crise no campo das representações políticas no Brasil. Após o processo eleitoral de 2014, no qual Dilma Rousseff fora reeleita como presidente do país ocorre, com maior ênfase, o surgimento de um distinto ator coletivo, um movimento autodeclarado como apartidário, de pessoas livres e iguais (MBL, 2014), caracterizando através de sua descrição a diversidade populacional brasileira (MOURA; YAMAMOTO, 2016).

Esse contexto específico de surgimento, após as eleições para a presidência do país, irrompe o cenário social e político com maior força. Além dos fatores anteriormente mencionados, como o contexto confrontacional de 2013 abrindo novos rumos quanto a estrutura de oportunidades políticas no Brasil, o ano de 2014

https://www.facebook.com/pg/BlocodeLutapeloTransportePublico/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 22/02/2017.

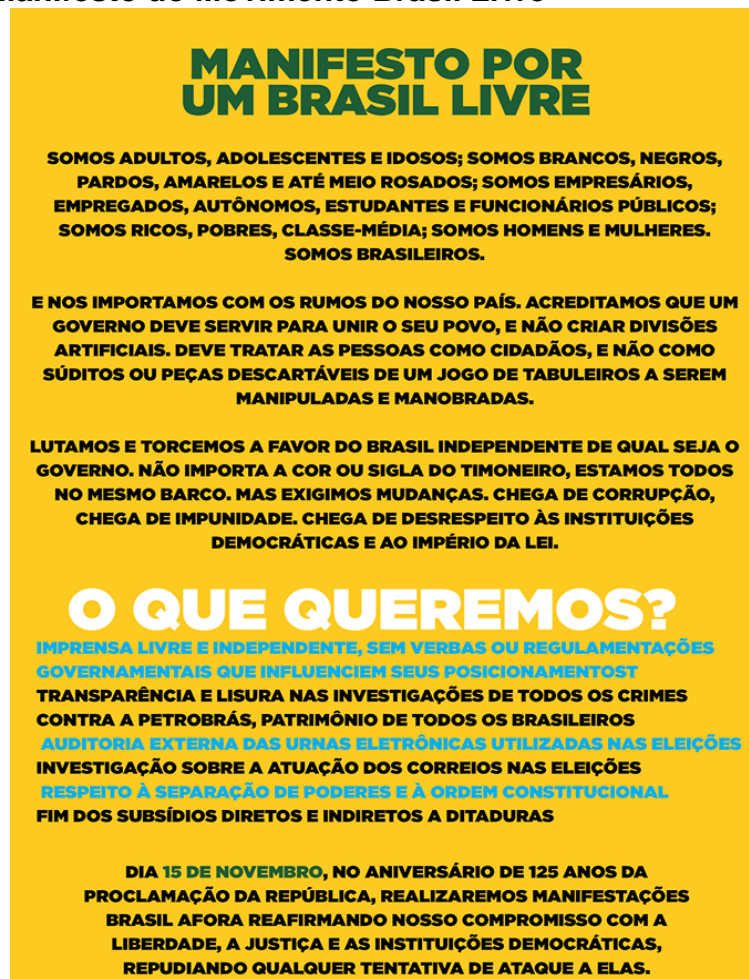
²⁵ O escândalo envolvendo a empresa estatal Petrobras está relacionado a um grande esquema de corrupções envolvendo doleiros, empreiteiras e políticos do Partido Progressista (PP), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), durante a gestão nacional do PT. Tal esquema criminoso foi descoberto em meio a “Operação Lava Jato” conduzida pelo Ministério Público Federal, em 2014. Segundo informações de tal Operação, esse esquema de corrupção existe há, pelo menos, dez anos, onde grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina a altos executivos da estatal e a agentes públicos, em troca de informações privilegiadas. Maiores informações em: < <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 22/02/2017.

²⁶ Maiores informações sobre a data de fundação e descrição do MBL disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 01/10/2016.

a partir da vitória acirrada de Dilma Rousseff (PT) perante Aécio Neves (PSDB) emerge como o ponto máximo para objetificar a ação contenciosa destes novos atores ligados à direita política.

O novo desenho de políticas contenciosas no Brasil tomou proporções intensificadas perante as pequenas ocorrências no confronto político de 2013. Ataques ao sistema político, a luta pela anticorrupção e o questionamento dos arranjos sociopolíticos, delinearão o pano de fundo para o confronto entre essa nova conjuntura de movimentos sociais no país. O manifesto do MBL, principal ator coletivo das mobilizações ocorridas a partir de 2014, no Brasil em primeira instância reconhecida como anticorrupção, assenta-se em preceitos de orientação liberal e conservadora, como demonstrado:

Figura 1 – Manifesto do Movimento Brasil Livre



Fonte: MBL – Movimento Brasil Livre²⁷

²⁷ O manifesto do MBL pode ser encontrado na página do Facebook do grupo, no seguinte link: <<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/272030822921068/?type=3&theater>>. Publicado em: 04/11/2014. Acessado em: 01/10/2016.

O manifesto do MBL foi publicado no dia 04 de novembro de 2014, por seus organizadores, em um período de modificações significativas na agenda de reivindicações das mobilizações sociais brasileiras. No referido ano, como legado do circuito de oportunidades políticas provenientes do ano de 2013, a nova configuração de atores com potencial mobilizador passa a desenhar novas pautas para a política social brasileira.

Com agenda distinta àquelas apresentadas no confronto de 2013, esses novos movimentos sociais, ou movimentos sociais com diferentes orientações políticas, carregam consigo fortemente o discurso globalizante, com aspecto nacionalista e de anticorrupção, visando maior abertura liberal quanto à governabilidade das instituições democráticas.

As indicações de mudança quanto aos objetivos das mobilizações organizadas por estes novos atores encontram-se ancoradas na indignação da população brasileira quanto à baixa qualidade da gestão pública e pela continuidade do Partido dos Trabalhadores à frente do governo nacional. Esse aspecto pode ser conectado a facilitação no potencial de mobilização de atores que até o presente momento se encontravam à margem dos interesses levantados em pautas anteriores. Seja pela organização das referidas pautas, como pelas representações sociais criadas para enquadrar os atores em confronto, de fora para dentro, como o caso das categorias e enquadramentos midiáticos criados e aplicados às mobilizações de 2013 (ENNE, 2013).

O Movimento Brasil Livre foi organizado com o intuito de mobilizar a sociedade brasileira quanto a iminente crise no sistema político, utilizando como alerta os escândalos de corrupção divulgados pela Operação Lava Jato²⁸ ainda no ano de 2014. Os esquemas de corrupção divulgados por esta Operação serviram como força motriz para justificar, e até mesmo idealizar, um novo Brasil. A ênfase em caráter nacionalista demonstra grande característica dos novos arranjos sociopolíticos objetivados pelos atores engajados nos presentes rumos da organização política de ação contenciosa no Brasil.

²⁸ A Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, consiste em uma ampla rede de investigação realizada pelo Supremo Tribunal Federal, acerca de grandes esquemas de corrupção envolvendo agentes políticos, funcionários da Petrobras, empreiteiras e operados financeiras. Maiores informações em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acessado em: 28/11/2016.

A relação do recente engajamento de movimentos sociais com ideais liberais e conservadores com elementos nacionalistas remonta, em certa medida, uma íntima conexão com o mito do verdeamarelismo (MOURA; YAMAMOTO, 2016). A leitura realizada por Chauí (2000) sobre o fenômeno nacionalista, que conduz ao mito do verdeamarelismo, ocorre no tocante à representação social.

[...] Cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUI, 2000, p.7).

As ponderações realizadas por Chauí (2000) apontam um interessante ponto de vista no tocante aos acontecimentos contenciosos ocorridos no Brasil desde o surgimento do MBL, figurando o protagonismo de movimentos sociais ligados à direita política. Segundo Bobbio (2007), o conceito de nacionalismo, com sua aplicação a um contexto democrático, assenta-se na crença da formação de um Estado nacional baseado na soberania do povo, demonstrando a ideia mítica representativa de um Estado popular. A ideia deste Estado nacional, tendo como indispensável à soberania popular acarreta, diretamente, na formação da consciência popular a crença na unidade mediante aos direitos democráticos igualitários. Contudo, a ideologia nacional se trata, em suma, de uma imagem mítica representativa que o Estado pertence ao povo (BOBBIO, 2007), assemelhando-se ao mito do verdeamarelismo descrito por Chauí (2000).

Essa ideia de representações sociais homogêneas criadas em torno do protagonismo nacionalista, a partir da crença na imagem mítica representativa de unicidade compôs, como outras características já mencionadas ao longo desta pesquisa, a inovação nas rotinas de protestos na ação coletiva e, de maneira geral, na atuação destes atores engajados via enquadramentos (*frames*) dos mesmos.

Além dos aspectos discursivos brevemente delineados, outra maneira de ação chama a atenção para o caso do MBL. A organização deste ator coletivo dada pela ampla utilização e domínio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ampliou ainda mais sua força de ação e mobilização. Não se pode negligenciar o fato de que a organização das manifestações de 2013 também ocorreu a partir da utilização deste tipo de tecnologia, em suma, do uso de redes

sociais. Contudo, as proporções do uso deste aparato como mecanismo de extensão e mobilização fez-se mais presente por estes, então, novos atores coletivos.

As proporções atingidas pelos movimentos ligados à direita política através do discurso *pró-impeachment*, fomentando a ideia da baixa qualidade na gestão do Estado Nacional realizada pelo Partido dos Trabalhadores, com maior ênfase após a vitória de Dilma Rousseff (PT) nas eleições presidenciais de 2014, tomara grande parte das ruas de todo o país. Os ciclos de protestos iniciados no dia 15 de novembro de 2014 estariam longe de seu fim. Os grupos Movimento Brasil Livre, “Vem pra rua” e Revoltados *On line*, tiveram grande força nesse primeiro momento onde o país passou a ver novas caras e reivindicações que contrastam em grande medida o ciclo de diferentes manifestações realizadas anteriormente na história do Brasil.

Além da diferenciação de pautas encontrada entre os grupos ligados à esquerda política e os grupos insurgentes ligados à direita política encontra-se, também, grande disparidade em relação à composição da população de manifestantes engajados em ambos os casos. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha²⁹ no dia 13 de março de 2016, junto aos manifestantes que foram às ruas na Avenida Paulista, São Paulo, em média os participantes eram do sexo masculino, registrando 57% dos casos, sendo que 77% possuem ensino superior completo e com 82% dos entrevistados inseridos na População Economicamente Ativa (PEA), a partir de média registrada de 45,5 anos de idade (DATAFOLHA, 2016).

Os manifestantes entrevistados nesta ocasião demonstraram o apoio de 95% em relação à reprovação do governo Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores. Tal fator aponta para o apoio irrestrito acerca da projeção de um processo de *impeachment*, sendo que 07 a cada 10 entrevistados admitiram ter participado de maneira ativa a protestos ocorridos contra o governo Dilma em ano anterior (DATAFOLHA, 2016). Os dados levantados pelo Instituto Datafolha também demonstram que o perfil dos atores individuais que configuram esta abordagem contenciosa não difere em larga escala das pesquisas realizadas em manifestações anteriores. Este fator indica a união de diversos atores individuais e das condições de abertura na estrutura de oportunidades políticas em torno de uma mesma pauta:

²⁹ Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha no dia 13 de março de 2016, em meio a manifestação convocada pelo MBL, Vem Pra Rua e Revoltados OnLine na Avenida Paulista e arredores.

a retirada do Partido dos Trabalhadores do governo nacional, através da efetivação do processo de *impeachment*.

Dentre os grupos mencionados, o MBL foi, desde o seu surgimento, o grupo com maior força de ação e expressão. O domínio das novas TICs como um mecanismo de expressão proporcionou ao grupo grande números de acesso a vídeos com declarações públicas sobre seu posicionamento ideológico, pautas de reivindicação e objetivos de ação. Ao passar a ideia de dar voz e tom a questões de atenção pública em meio a grande crise política, demarcaram, contando com o montante de informações relacionadas aos escândalos de corrupção, a força motriz para justificar suas reivindicações, seus fins, bem como possibilitaram a atores de fora da *polity* a adesão às manifestações anticorrupção.

Além da utilização das novas TICs como instrumento de diálogo e mobilização, as manifestações convocadas por grupos de direita política, como o MBL, também contaram com o apoio de veículos midiáticos de alta adesão perante a população brasileira.

[...] Compreender o papel das redes sociais como importantes veículos para o recrutamento de participantes, assim como a mídia tradicional. A atuação da TV Globo – nas três grandes mobilizações de rua realizadas em 2015 – não deixa dúvidas em relação à importância da televisão para a “convocação” (não de forma explícita, obviamente) das manifestações (TATAGIBA; TEIXEIRA; TRINDADE, 2015, p. 205).

A legitimidade que os movimentos ligados à direita política obtiveram ao longo de sua trajetória, especificamente no período estudado pela presente pesquisa, bem como o objeto elencado para tal, estimularam ainda mais as ações coletivas e as reivindicações realizadas por estes atores sociais. Esta contribuição pôde acarretar, em certa medida, o aumento na capilaridade de atores individuais envolvidos nas lutas quanto à adesão de pautas do MBL e demais movimentos congregados.

Ao longo de dois anos, de 2014 a 2016, desde a emergência do MBL como ator coletivo demonstra, para além das diferenciações quanto à aceitação de reconhecimento entre movimentos de direita e esquerda política neste dado contexto, a maneira como o descontentamento de parte da sociedade brasileira obteve êxito através de questões discursivas que contrapõem um período onde o cenário político esteve conectado com os anseios de uma sociedade mais democrática e social.

A luta para silenciar atores individuais e coletivos ligados à esquerda política também foi um dos enquadramentos utilizados pelo MBL. Ao hostilizar ação coletiva realizada por movimentos de esquerda, bem como a fabricação de um discurso de ódio quanto ao Partido dos Trabalhadores, os referidos atores firmaram, além de suas intenções, o seu ponto de vista político organizacional, bem como o seu ideal de sociedade.

Essa característica de atuação cívica quanto ao fazer político social desses atores emergentes ainda paira como um aspecto duvidoso perante a história dos movimentos sociais brasileiros. É sabido, através de informações fornecidas pelos próprios organizadores do movimento expostas em redes sociais de domínio próprio (*Facebook, YouTube, Instagram* e *Site Oficial*), de sua força de mobilização tendo líderes nacionais e líderes estaduais e locais espalhados pelas capitais dos principais Estados brasileiros. Através destes foram organizadas grandes manifestações nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro no ano de 2015 e nos meses de março, abril e julho de 2016.

A partir dos fatores ressaltados até então, cabe elucidar os principais enquadramentos (*frames*), repertórios e rotinas de ação coletiva destes atores, com enfoque específico no Movimento Brasil Livre. Desta forma, nas seções subsequentes do presente capítulo será realizado o aprofundamento de tais questões.

3.2 Os enquadramentos do Movimento Brasil Livre

A relação entre *frames* e a Teoria do Processo Político passou a ser aplicada às ações coletivas por intermédio de Snow (1986), quando o referido autor utilizou e adaptou o conceito de *frame*, originalmente encontrado em Goffman, a realidade dos movimentos sociais. Assim o conceito de *frame* aplicado à ação coletiva emerge como um recorte positivo ao abordar de forma profícua questões de cunho simbólico e cultural sobre movimentos sociais ao que concerne à TPP (SNOW, 1986).

Através desta perspectiva os atores coletivos são vistos como agentes ativos ao que tange a produção de significados a nível simbólico, os quais servem como suporte às reivindicações e decorrente legitimidade de um movimento social perante seus protagonistas, adversários e o público em geral (CARLOS, 2011). A eficácia do

uso e sucesso dos enquadramentos (*frames*) utilizados por atores coletivos em atividade auxilia os mesmos quanto à elaboração de estratégias para a resolução do problema reivindicado, como também propicia maior captação quanto à adesão de atores de fora da *polity* às causas que formam as pautas para a luta contenciosa em questão, ressaltando a importância da perspectiva do *frame* ao estudo do confronto político.

A constituição do *frame* (significados e símbolos) pelo movimento, ao mesmo tempo em que se conduz a percepção dos indivíduos sobre o mundo ao seu redor, tem a função de organizar a experiência e orientar a ação. Por meio do *frame*, ativistas elaboram e executam um conjunto de atividades de organização e coordenação do movimento, como recrutamento de novos membros e mobilização, construção de estratégias de ação, elaboração de metas e objetivos, identificação do problema/questão a ser perseguido e construção de vocabulário de motivação dos ativistas para mobilização (CARLOS, 2011, p. 161).

Por atribuir às lutas contenciosas o principal aspecto simbólico e cultural dentre a Teoria do Processo Político, os enquadramentos (*frames*) têm grande variabilidade contextual, bem como se adequam ao fazer político dos atores coletivos que usufruem dos mesmos como processos de identificação e estratégia.

No caso do Movimento Brasil Livre, a relação de enquadramentos sugere, além da atribuição de identidade ao grupo, elementos culturais e simbólicos sobre a política contenciosa brasileira, bem como o contexto em que ocorrera a emergência desse ator coletivo no país. A demonstração dos enquadramentos utilizados pelo MBL, com ênfase no recorte desta pesquisa e nos dados coletados através dos discursos e pronunciamentos realizados por este ator coletivo³⁰, exposta nos seguintes pontos:

1. Anticorrupção
2. Antipetismo
3. Estado mínimo³¹

³⁰ Ressalta-se que todos os elementos e informações aqui descritas foram retirados de exposições realizadas através de declarações dos próprios organizadores do Movimento Brasil Livre em sua página do YouTube, replicadas em outras redes sociais sob domínio do próprio grupo. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAog3AOCCFDCOYw>

³¹ O conceito de Estado mínimo, advindo da doutrina liberal, condiz a um modelo de Estado cuja intervenção ocorra como menor possível. A esse modelo de Estado compete apenas três funções tidas como indispensáveis: (a) a promoção da soberania nacional; (b) promover a proteção interna dos membros da sociedade e; (c) gerar e manter as instituições públicas que sejam fortuitas para a sociedade, com a ressalva que estas não sejam atrativas para os capitalistas (SMITH, 1986). Ressalta-se que o principal aspecto contido no Estado mínimo, além dos preceitos listados, segue como a não intervenção do Estado na política de mercado, atribuindo a este e aos indivíduos

4. Nacionalismo
5. Não-violência – atribuição pacífica às mobilizações

Tais pontos elencados como *frames* utilizados pelo Movimento Brasil Livre, remetem diretamente ao contexto social e político que possibilitou a emergência deste ator coletivo no país.

Ao considerar o contexto de surgimento do MBL, pós-mobilizações intensas ocorridas ao longo do ano 2013, observou-se, a partir de discursos realizados por este ator coletivo que os enquadramentos de anticorrupção e antipetismo remetem diretamente ao contexto político no qual o Brasil passara por grave crise de representação política.

A demonstração da fragilidade do Estado gestor que fora brevemente delineada em 2013 potencializou a abertura para um novo ciclo de protestos no país. Além da demonstração de capacidade para um potencial mobilizador quanto à adesão da população brasileira à pauta anticorrupção novos caminhos foram expostos para a abertura na estrutura de oportunidades políticas.

As contestações sobre a Copa do Mundo, evento esportivo realizado em 2014 no Brasil, e os escândalos de corrupção midiáticos a partir da exposição de dados realizada pela Operação Lava-Jato fragilizaram ainda mais o contexto político brasileiro. Em meio a informações e a grave crise política, ainda mais acirrada após as eleições presidenciais no país, ocorre a emergência propulsora para desencadear a estruturação e a aplicação dos enquadramentos discursivos de anticorrupção e antipetismo.

O surgimento do *frame* relacionado ao Estado mínimo emerge em meio aos enquadramentos primeiros, como salvaguarda a um “novo modelo” político institucional defendido por este novo ator coletivo, visando à liberdade de mercado/econômica. O modelo de Estado mínimo advém da doutrina liberal que, por sua vez, tem sua emergência política e econômica, conjuntamente com a ascensão do capitalismo. A doutrina liberal sugere, a partir da valoração individualista, a

liberdade, garantindo que o mercado – a economia – seja autogestionada, considerando que “o mercado livre possibilitaria o crescimento e a realização do indivíduo e da sociedade” (PEREIRA, 2004, p. 17). E, é no sentido exposto condizente ao aspecto não intervencionista que o Movimento Brasil Livre utiliza seus aspectos discursivos quanto à diminuição da regulação do Estado perante a economia de mercado, visando além desta a liberdade individual dos indivíduos em sociedade.

defesa da propriedade privada visando que através desta o indivíduo poderia alcançar seus interesses próprios e sua liberdade, garantindo assim o equilíbrio organizacional do sistema, bem como a felicidade geral e irrestrita da sociedade como um todo (PEREIRA, 2004).

Conforme demonstrado em subseção anterior, no manifesto do Movimento Brasil Livre, já em seu surgimento denota-se o interesse deste grupo em relação às reivindicações perante a tal enquadramento. A defesa de um Estado mínimo, ou seja, aos aspectos de um país que subsista sem intervenção governamental é amplamente difundida na defesa de reivindicações realizadas pelo MBL. Assim, se observa a defesa do Estado mínimo intimamente ligado à liberdade de mercado como um dos únicos aspectos exaltados perante o caráter liberal propagado por este ator coletivo.

Ainda se observa, em totalidade, aspectos vinculados ao discurso liberal, porém, com fundo conservador, no tocante a preservação dos valores tidos como moralmente “corretos”. Desta forma, o recorte teórico perante o aspecto conservador observado na dinâmica realizada pelo MBL segue, nas palavras de Oakeshott sendo a ideia de governar perante aspectos de uma atividade limitada que consiste no “fornecimento e proteção de regras gerais de conduta [...] como instrumentos que permitam às pessoas que persigam as atividades que preferirem com uma frustração tão pequena quanto possível” (OAKESHOTT, 2014, p. 18).

Tais elementos ressaltados aqui como o viés ideológico sob a proposição de um Estado mínimo cunhado ao liberalismo com ideal conservador, dentre o recorte estabelecido, abrem-se precedentes para o enquadramento vinculado ao aspecto nacionalista, exaltado discursivamente e figurado pelo Movimento Brasil Livre. Antes de prosseguir com a descrição dos aspectos referentes ao *frame* nacionalista, cabe observar que aqui será utilizado o recorte sob o olhar da conceituação realizada por Chauí (2000) que condiz ao nacionalismo segundo o mito do verdeamerelismo. Tal recorte remonta os aspectos voltados para a construção de uma “identidade nacional”, visando à crença na unidade, na identidade indivisível partir da representação homogênea do povo brasileiro.

Ao *frame* nacionalista ressalta-se o forte aspecto discursivo e as representações sociais criadas para a imagem de “povo brasileiro”. Ao longo das primeiras manifestações que questionavam os gastos do Governo em relação à

Copa do Mundo, já com o pano de fundo “anticorrupção”, se observara em locais públicos, como praças e parques de diversas cidades de estados brasileiros, manifestantes com bandeiras do país e vestes ressaltando as cores verde-amarelo. Com o efetivo surgimento do MBL, através da publicação de seu manifesto na página do *Facebook* do grupo, tal aspecto visual fora intensificado, rompendo as barreiras de imagem e brados, para aspectos objetivamente discursivos, de forma a tornar global, ou “nacional”, o tom de suas reivindicações, elementos também identificados a partir do manifesto deste ator coletivo.

No tocante ao *frame* não-violência parte-se do ponto de diferenciação entre os atores engajados na política contenciosa a partir dos enquadramentos descritos anteriormente, com orientação liberal/conservadora, em contraponto aos atores engajados com vistas à orientação política à esquerda, ou críticos ao ponto de vista pleiteado por movimentos como o MBL. Neste enquadramento em específico encontram-se as mais diversas críticas e contrapontos realizados pelo MBL aos manifestantes autônomos, ou ligados a movimentos sociais que reivindicaram pela continuidade do Partido dos Trabalhadores.

Ao atribuir a si o caráter de “movimento social pacífico” o Movimento Brasil Livre passou a realizar duras críticas aos movimentos sociais de esquerda política que reivindicavam em defesa de um Estado Democrático. Este enquadramento, como os demais enquadramentos descritos anteriormente, foi utilizado em um período de intensa crise social e política. Enquanto movimentos anticorrupção uniam-se pela luta antigovernista, os movimentos ligados à esquerda política reivindicavam pela manutenção do partido da situação, em nome da democracia.

Neste contexto específico as reivindicações dos movimentos liberais e conservadores, em especial o MBL, reivindicavam pela saída do Partido dos Trabalhadores. O caráter de diferenciação contido no *frame* não-violência passou, além de identificar o MBL como movimento “pacífico”, a corroborar ainda mais com a imagem de vandalismo vinculada a representação social criada em 2013 para deslegitimar as pautas de atores individuais e coletivos com ideais ligados à esquerda política.

Os recortes realizados a partir dos enquadramentos elencados para a presente pesquisa pairam aqui como uma breve descrição de aspectos relevantes que impulsionaram a legitimidade e reconhecimento destes atores liberais e

conservadores quanto ao cenário da política contenciosa brasileira. Estes enquadramentos ressaltam fortemente o cenário social e político em que o Brasil esteve entre os anos de 2013 e nos anos de 2014 a 2016, onde atores coletivos como o Movimento Brasil Livre estiveram fortemente atuantes dentro a política contenciosa brasileira.

As fragilidades quanto à gestão do Estado, em consonância com o contexto de surgimento do MBL possibilitaram a aplicação dos enquadramentos utilizados pelo movimento, sejam estes em nível de: a) diagnóstico (quanto à apresentação da problemática a ser trabalhada); b) prognóstico (quanto às soluções sugeridas para sanar a problematização realizada pelo movimento); c) motivação gerada a partir de tais enquadramentos, como forma de mobilizar a adesão de atores individuais, ao processo reivindicatório em questão.

Estes três níveis descritos acima como prognóstico, diagnóstico e motivação, são elementos cruciais para a identificação do *frame*. A partir disso o movimento gera significados para suas pautas, identificando fragilidades a serem combatidas, questões a serem respondidas, bem como seus apoiadores e opositores, no caso do último, o Governo da situação e os atores individuais e coletivos pró-democracia.

Dentre os enquadramentos utilizados pelo MBL e demais grupos congregados destaca-se o potencial de mobilização de atores de fora da *polity* para o engajamento nas pautas colocadas em manifesto. A partir da identificação dos *frames* utilizados pelos grupos organizadores dos protestos com ênfase a anticorrupção e demais desdobramentos já mencionados, ressalta-se a forte adesão de novos atores individuais no processo de política contenciosa no país.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha³², 63% dos cidadãos brasileiros adultos aprovaram as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, enquanto 27% das pessoas entrevistadas são contra as manifestações pró-impeachment, 5% são indiferentes e 2% dos entrevistados não opinaram sobre a questão. O apoio às manifestações a favor do *impeachment* é maior entre os entrevistados que alegam insatisfação com o governo federal (83%), entre os cidadãos com maior poder aquisitivo entre os entrevistados (81%) e com

³² Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, através de levantamento de amostragem estratificada por sexo e idade, com sorteio aleatório de candidatos. Tal levantamento foi realizado entre os dias 07 e 08 de abril de 2016, com entrevistas realizadas com 2.779 pessoas em 170 cidades brasileiras.

maior grau de instrução (73%). Enquanto a reprovação das manifestações (27% das pessoas entrevistadas) foi apontada por sujeitos mais velhos (38%), menos instruídos (33%), com menor poder aquisitivo (32%) e a favor do governo (71%) (DATAFOLHA, 2016).

É importante ressaltar que os dados expostos acima carregam consigo forte correlação entre o contexto de crise política no Brasil e a eficácia discursiva propagada através dos *frames* de ação coletiva utilizados pelo Movimento Brasil Livre. Os enquadramentos são de grande importância para justificar os repertórios de ação coletiva realizados pelo MBL. Os dados descritos, além de demonstrar mais uma vez o perfil de apoiadores às manifestações contra governo, bem como a configuração de atores engajados à direita política, também ressaltam a adesão aos *frames* utilizados pelo MBL em caráter de mobilização, reconhecimento e aprovação de suas pautas.

Os significados pré-existentes reforçados a partir dos enquadramentos utilizados por organizações coletivas são responsáveis por levar ao fim e a cabo ideias anteriormente concebidas no contexto social e político em relação aos acontecimentos contenciosos ocorridos em 2013, as eleições de 2014 e a ação coletiva do MBL. Nesse sentido, o movimento social é ativo quanto à produção de enquadramentos e, ao mesmo tempo, público-alvo dos mesmos, estabelecendo desta forma a conexão entre o ator ativista e o potencial ativista a ser recrutado (NUNES, 2011).

Os enquadramentos são utilizados então como “andaimes conceituais”, em vias práticas, a maneira como um movimento social enquadra determinada problematização acerca do contexto social e político em questão indica diretamente a tendência como ocorrerá o processo de formação de opinião pública realizada por estes (NUNES, 2011). Os *frames* também podem considerados como estratégias político-ideológicas dos movimentos quando em política contenciosa. Segundo Snow, uma das principais funções de um movimento social é compor “*frames* novos ou alternativos de queixas e infortúnios reconhecidos, transformando-os em injustiças ou transgressões morais” (2001, p. 372, *apud* NUNES, 2011, p. 9).

Conforme discussão realizada anteriormente acerca do funcionamento dos quadros, ou “andaimes conceituais”, bem como as vias contextuais da presente investigação acerca dos novos atores coletivos engajados no Brasil, com enfoque no

Movimento Brasil Livre, ressalta-se a importância da compreensão dos enquadramentos do coletivo para situar pontualmente os acontecimentos que legitimaram a luta travada pelo grupo.

Os *frames* enumerados nesta subsecção, bem como a condução dos mesmos através do discurso e conteúdo propagado pelos atores coletivos em questão serão revistos com maior profundidade no capítulo de análise de dados. Ainda na próxima subsecção do presente capítulo cabe ressaltar os aspectos de condução dos repertórios de ação, bem como a condução desta pelo coletivo, em conjunto da descrição sobre as rotinas utilizadas por este ator coletivo e a adesão das pautas que legitimaram em aspecto social e normativo as pautas reivindicadas por este novo desenho de atores coletivos na política contenciosa brasileira.

3.3 Repertórios e rotinas: a ação coletiva do Movimento Brasil Livre

Para identificar os repertórios e rotinas de ação coletiva dos novos atores coletivos ligados à direita política no Brasil a partir da figuração do Movimento Brasil Livre, em primeira instância, objetivar-se-á de forma descritiva os repertórios e rotinas (performances) quando a ação coletiva destes atores individuais e coletivos. Ressalta-se, ainda, que os repertórios utilizados por este novo desenho de atores coletivos surgem a partir de um critério modular: ou seja, são repertórios e rotinas de ação coletiva pré-existent, adaptadas ao contexto cultural, a partir de enquadramentos, social e político, de acordo com tensão estabelecida para a moção de reivindicações realizadas.

A descrição realizada acerca do contexto de surgimento dos novos atores individuais e coletivos em questão aponta, especificamente, para os aspectos que envolvem as relações de força entre autoridades que ocupam cargos no Estado e os desafiantes, grupos ou indivíduos que se encontram do lado de fora do governo (ALONSO, 2012).

Nesse sentido, os repertórios e rotinas realizados pelos atores coletivos como o MBL em muito se aproximam de repertórios anteriormente utilizados por movimentos sociais, nesse caso, politicamente antagonistas. O potencial de difusão de uma ação coletiva sugere que esta possa ser amplamente reutilizada, mesmo contando com adaptações contextuais. A difusão de uma ação coletiva, nesse caso

classificada como repertório modular, permite que o conjunto de formas anteriormente fundamentadas possa ser reutilizado, como também, permite a combinação de novas formas de ação, agregando maior significado cultural, político e social à ação coletiva.

A estruturação dos repertórios de confronto assenta-se na medida em que, em conjunto com os *frames* de ação coletiva, evocam escolhas de formas de ação elencadas pelos atores coletivos em disputa, formando sua própria maneira de agir coletivamente. No caso do MBL, a estruturação dos repertórios de confronto assentou-se através de rotinas de ação coletiva. A partir do processo de diagnóstico, prognóstico e motivação, relacionados aos enquadramentos categóricos elencados para si coletivamente, o grupo organizado utilizou de mobilizações, passeatas, manifestações de rua, declarações públicas, entre outras ações contenciosas e/ou contestatórias. Os dados que fundamentam tal inferência serão tratados no próximo capítulo em conjunto com a análise de dados.

Esse primeiro passo, ou seja, essa reconstrução do contexto de surgimento do Movimento Brasil Livre foi realizada ao longo do primeiro e do segundo capítulos da presente pesquisa. A partir da elucidação realizada acerca da estrutura de oportunidades e ameaças políticas, realizada a partir do ano de 2013, buscou-se demonstrar as estruturas de mobilização que figuram o fazer político dos novos atores individuais e coletivos ligados à direita política e de que maneira os mesmos apropriaram-se de um espaço até então ocupado por atores ligados à base da esquerda política.

Segundo Charles Tilly (1995) o conceito de repertório consiste no conjunto de ações coletivas que legitimam a busca de objetivos compartilhados por atores engajados em confronto. O repertório configura, assim, a maneira com a qual a ação entre os indivíduos ocorre por meio de interação entre pares. O conceito de repertório auxilia na captação e descrição dos acontecimentos através da identificação do conjunto de rotinas apreendidas, compartilhadas e executadas, a partir do processo de deliberações de escolhas dentre os pares em confronto. Desta forma, repertórios são traduzidos como um conjunto de formas de ação que define os interesses dos atores individuais e/ou coletivos em conflito com atores opositores.

Os repertórios de ação em muito dependem do conjunto de rotinas, ou performances, nas quais os atores em conjunto demonstram suas táticas quando em

confronto. Sendo assim, “os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 24). Essa noção conjuntural trabalhada a partir do conceito de repertórios de ação coletiva indica, para além de aspectos organizacionais dos atores engajados, a multiplicidade de reivindicantes, na qual se encaixam representantes legais de tais interesses, defensores adjacentes, e grupos ligados a interesses não relacionados que utilizam da abertura de oportunidades de alianças e/ou pressões perante as autoridades contestadas.

As rotinas indicam a maneira como os atores em disputa se organizam perante suas formas de ação, aglutinando pares no caso específico do Movimento Brasil Livre aplica-se aos reivindicadores (atores individuais e coletivos) e o objeto de reivindicações (Estado/governo). Contudo, os repertórios são aprendidos durante a ocorrência de performances confrontacionais e modificam-se de forma contínua buscando maior profundidade ao confronto, bem como ao caráter de improviso e continuidade da ação coletiva (ALONSO, 2009).

Quanto ao caráter de improviso é aplicado à “capacidade dos atores de selecionar e modificar performances de um repertório, para ajustá-las a programas, circunstâncias e tradição locais, isto é, ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade” (ALONSO, 2009, p. 32).

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 25).

O fator do improviso aplicado ao repertório sugere a inovação de performances, o que pode encaminhar o sucesso quanto a aplicação de de dada ação coletiva, esse fator também conta com os *frames* da ação coletiva, os quais podem ser vistos como formas categóricas que impulsionam a adesão ao confronto, bem como a difusão de repertórios em ciclos de protestos.

Os aspectos identificados como repertório e rotinas de ação coletiva destes novos atores engajados em muito se assemelham ao processo estrutural e cultural já visualizado na política contenciosa brasileira, o que caracteriza a utilização de

repertórios no sentido modular³³. Ocorre, no caso dos novos atores engajados no cenário da política contenciosa brasileira, que as formas herdadas social e politicamente acerca do fazer político confrontacional, não havendo uma mudança estrutural no sentido dos repertórios de confronto. Contudo, pelo potencial de difusão, bem como aspecto modular, os repertórios sofreram ampliações aumentando, conseqüentemente, a sua capacidade de abrangência. Assim, a utilização dos repertórios pré-estabelecidos, ou historicamente fundamentados, passou a ser aplicada por estes atores de maneira mais ampla, possibilitando ao longo de sua aplicação a combinação de novos significados aos repertórios já existentes.

A combinação de repertórios pré-existentes com ampliações contextuais fez com que o Movimento Brasil Livre ultrapassasse as fronteiras da política contenciosa, desenhando assim contornos de um fazer político contestatório. A política contestatória ocorre quando as dimensões de interação entre a política institucional e a política de base sofrem influência mútua. No caso específico das manifestações ocorridas entre os anos de 2014 e 2016 observa-se, tanto a partir dos *frames* de ação coletiva, quanto da força de propagação das mobilizações ocorridas, a influência entre a política institucional e a política realizada pelos atores coletivos.

As inovações nas rotinas de ação coletiva realizadas pelo MBL sugerem a ampliação dos repertórios de ação no tocante do fazer político em vias de confronto. Os mecanismos de pressão utilizados para gerar maior visibilidade às pautas reivindicadas estão assentados em elementos contenciosos que buscam atingir, concomitantemente, seus opositores e possíveis aliados. O processo de mobilização realizado pelo MBL ultrapassou as barreiras da política de base, chegando a objetificar alianças conjuntas a atores político institucionais.

Ao agir comumente em torno de enquadramentos e repertórios de ação compartilhados, os atores sociais que foram às ruas durante o período de 2014 a 2016 influenciaram diretamente na política institucional brasileira. O processo de *impeachment* idealizado ao longo dos ciclos de protestos ocorridos em tal período uniu interesses das massas que foram às ruas com os interesses pleiteados por

³³ O repertório modular consiste em um conjunto de ações coletivas construídas ao longo da história e que uma vez compreendido pode ser difundido, ou apropriado, por outros atores coletivos, podendo também ser empregado no interesse de coalizões antagonistas ou desafiantes (TARROW, 2009).

diversos atores individuais e partidos políticos que compõe o quadro da política institucional brasileira. Esse processo pode ser observado a partir de ações coletivas em sentido contestatório, quando os repertórios realizados por movimentos sociais ocorrem em consonância com interesses da esfera político institucional.

Atrelar elementos da política confrontacional ligada aos movimentos sociais com a política gerida institucionalmente é um fator inovador aos estudos sobre de movimentos sociais e instituições. A comunhão de interesses da base organizada em conjunto dos anseios de membros ativos junto à política institucional demonstra a maneira em que se estreita a relação de benefício mútuo, ou oportunista, entre grupos organizados em torno de repertórios compartilhados e a atividade institucional como vinculação gerada através das aberturas na estrutura de oportunidades políticas (MCADAM; TARROW, 2011).

As rotinas e repertórios de ação do Movimento Brasil Livre e demais atores individuais congregados gerou um fluxo intenso ao que tange o confronto político no país. As fases acentuadas do conflito entre manifestantes e o então governo nacional, os ciclos de confronto, formaram uma rápida difusão da ação coletiva exemplificada, entre outras características chave, pela alta mobilização e adesão de atores de fora da *polity* às reivindicações organizadas por grupos como o MBL. Esse aspecto é de grande valia para o entendimento do processo de ação coletiva desempenhado por esses atores engajados. A demonstração prática da ação coletiva dos grupos insurgentes, como o Movimento Brasil Livre, deflagrou uma série de processos de difusão, extensão e, ao mesmo tempo, imitação de repertórios já utilizados anteriormente, a exemplo das mobilizações *pró-impeachment* do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo no ano de 1992.

Segundo Tarrow (2009) os ciclos de protesto trazem ao campo de disputa contenciosa uma variedade de novos atores que, em nível de interação, não se enquadram em caráter de ativistas engajados em confronto, ou à militância em organizações ou movimentos sociais específicos. Em geral tais atores se aproximam do contexto de confronto a partir da adesão de quadros interpretativos abrangentes, que impulsionam de forma significativa os repertórios de confronto. A solidariedade estabelecida entre pessoas comuns que compartilham os mesmos fins quanto à ação coletiva ocorre, em certa medida, pela produção de um consenso quanto ao

significado acerca dos processos reivindicatórios, ou seja, dos repertórios e rotinas estabelecidas.

Desta forma:

Os repertórios de ação coletiva, os quadros interpretativos e as estruturas de mobilização são apenas fontes potenciais de poder. [...] Os ciclos de confronto recorrentes [...] são produtos de uma difusão mais ampla de oportunidades políticas que transformam o potencial para a mobilização em ação (TARROW, 2009, p. 251).

Através das inferências realizadas a partir do fio condutor da presente pesquisa ressalta-se que no caso dos novos atores engajados na política contenciosa brasileira, a dimensão da estrutura de abertura de oportunidades políticas possibilitou através da difusão das mesmas a ampliação do caráter político contestatório no país. Pensar na relação entre oportunidades políticas e ação coletiva, neste caso, condiz com o contexto político delicado em que o Brasil está vivenciando com maior fervor desde o ano de 2013.

A abertura na estrutura de oportunidades políticas no país, no período estudado, também possibilitou o que Sidney Tarrow intitula como “oportunidades para as elites” (2009, p. 120). No caso das manifestações contra governo pode-se dizer, através da conexão mútua já discutida como aspecto da política contestatória, que estender oportunidades políticas para elites ocorre quando as mesmas se apoderam das ações coletivas realizadas por reivindicações da base para fazer valer seus interesses próprios.

Nesse sentido, a ação coletiva dos movimentos sociais pode oportunizar uma ampla reforma no andamento da política institucional, servindo como incentivo para que as elites possam desenvolver com maior abrangência suas próprias políticas e caminhos para a condução de seus anseios (TARROW, 2009). Tal fator justifica em certa medida a normatização da principal pauta traçada pelo Movimento Brasil Livre, centralizada no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT).

Após a execução do *impeachment* de Dilma Rousseff, o MBL prosseguiu com sua ação coletiva em campo contestatório, desta vez trabalhando no apoio de candidatos a vereadores municipais e a prefeitos, nas eleições ocorridas no ano de 2016. Além de apoiar em suas redes sociais e site candidatos de partidos de

moderados, essa eleição contou com a candidatura de um dos organizadores do MBL, sendo este eleito a vereador municipal da cidade de São Paulo, assim como outros candidatos apoiados pelo Movimento.

Em contrapartida a estas dinâmicas realizadas na esfera social e política no Brasil a partir dos repertórios de ação coletiva em conjunto da colaboração mútua das elites políticas que, além de indicar o ponto alto da normatização das reivindicações realizadas entre os anos de 2014 a 2016, também gerou a desaceleração das mobilizações organizadas por este ator coletivo. O brado das ruas impulsionado pelo MBL passou a diminuir, paulatinamente, após as comemorações realizadas por estes atores com a saída de Dilma Rousseff através do processo de *impeachment*, indicando a finalização da sua principal pauta.

A presente subsecção buscou apresentar elementos chave para elucidar a ação coletiva dos novos atores engajados a política contenciosa no país. Destaca-se, desta forma, os processos para a efetividade da ação coletiva de atores como o MBL, bem como a difusão de sua ação coletiva. Caberá ao próximo capítulo desta dissertação analisar com maior profundidade em que medida a estrutura de oportunidades políticas, em conjunto com os *frames* de ação coletiva e o discurso do principal ator coletivo articulou seus interesses em tom de reivindicação, para o reconhecimento e posterior aplicação efetiva de sua pauta de confronto.

4. O NACIONALISMO E A NÃO-VIOLÊNCIA: OS *FRAMES* DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

O presente capítulo apresenta a análise qualitativa acerca da recente configuração confrontacional de atores individuais e coletivos no Brasil. O recorte selecionado para esta etapa da dissertação foi realizado a partir da escolha do olhar crítico sob dois marcos interpretativos, correlatos ao conteúdo abordado ao longo desta pesquisa: o (a) nacionalismo e (b) não-violência, com o intuito de descrever, a partir destes, a aplicação dos *frames* de ação coletiva utilizados pelo Movimento Brasil Livre.

O tratamento de dados desta pesquisa busca explorar uma leitura crítica da documentação selecionada, com base na Teoria do Confronto Político. Ressalta-se, ainda, dentre os aspectos teóricos relacionados nesta pesquisa e, em especial, neste capítulo, a importância da definição de marcos interpretativos (multitemáticos), onde os *frames* listados em capítulo anterior serão analisados. Para Bringel e Echart, os marco-interpretativos “cumprem três funções básicas: explicativa, de articulação e de mobilização” (BRINGEL; ECHART, 2008, p.464).

Segundo Tarrow (2005) alguns movimentos podem criar ainda marcos multitemáticos (*multi-issue frames*) responsáveis por condensar vários temas e objetivos em uma imagem mais ampla (BRINGEL; ECHART, 2008). Para os autores, marcos multitemáticos, ao não estarem focados em um único tema, acabam condensando “em uma única imagem, uma gama de objetivos” (BRINGEL; ECHART, 2008, p.464). Assim, eles contribuem para oportunizar a criação de identidades coletivas que, por sua vez, permitem a união de diversos atores individuais e coletivos diferentes em torno de objetivos comuns, servindo-se destes marcos representativos. Consideramos que é o caso dos elementos nacionalismo e violência a serem aqui analisados, a partir dos *frames* de ação coletiva utilizados pelo MBL.

Esse recorte específico decorre do processo de construção desta pesquisa, realizado desde a introdução até este capítulo. As etapas de formação desta dissertação perpassaram pelo estudo exploratório/descritivo acerca do surgimento destes novos atores engajados na política contenciosa brasileira (capítulo 1) e pela identificação e descrição da ação coletiva realizada por estes atores (capítulo 2) aqui

representados pelo Movimento Brasil Livre. Ainda, no segundo capítulo optou-se pela identificação dos *frames* de ação coletiva, partindo da base teórica que proporciona parte dos esclarecimentos da ação coletiva realizada por movimentos sociais através dos diferentes enquadramentos discursivos usados pelos mesmos. Com isso, encaminha-se a construção deste capítulo de análise de dados, visando explorar os elementos ligados ao nacionalismo e violência a partir da relação de *frames* expostos em capítulo anterior. Justifica-se, ainda, que a escolha pela particularização de tais elementos decorre da ênfase com que estes aparecem ao longo do material coletado para a realização do processo de análise.

Desta forma, este capítulo utilizará de análise qualitativa para elucidar de forma crítica a ligação entre a teoria do confronto, a construção de hipóteses e os *frames* de ação coletiva do Movimento Brasil Livre, considerando o mesmo como ator coletivo de mediação de interesses entre as reivindicações de atores individuais e o Estado. Este capítulo será estruturado com base nas seguintes subseções: (4.1) notas metodológicas; (4.2) nacionalismo e não-violência - um olhar a partir dos *frames* de ação coletiva e a figuração dos novos atores coletivos no Brasil; (4.2.1) nacionalismo e; (4.2.2) violência.

4.1 Notas metodológicas

A presente subseção trata de esclarecer questões relativas à metodologia de construção organizacional e textual desta pesquisa, bem como a estruturação do processo de tratamento de dados a partir do método de análise qualitativa. Desta forma, caberá a esta etapa problematizar, além do método escolhido e sua construção, questões pertinentes à formação dessa investigação, desde a escolha do tema de pesquisa ao produto final fruto do estudo descritivo e exploratório aqui proposto.

O objetivo central deste ponto consiste no tratamento do conteúdo coletado sobre o Movimento Brasil Livre. Os dados coletados foram retirados do domínio das redes sociais, como o *YouTube*³⁴, *Facebook*³⁵ e *Instagram*³⁶ que estão sob

³⁴ *YouTube* é um *site* que permite aos seus usuários o compartilhamento de vídeos em formato digital. A plataforma foi lançada no ano de 2005 pela empresa Google – *social media*. Além de permitir o *upload* de materiais informativos e de natureza diversa, o *YouTube* oferece fóruns de discussão que permite a comunicação direta entre os usuários que realizam publicações e usuários

responsabilidade e assinatura dos organizadores do MBL, bem como demais meios de comunicação digital. O recorte específico para a coleta de dados, quanto ao uso de vídeos e imagens, justifica-se tanto pela plena utilização das Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs) e pela alta capacidade de propagação dos conteúdos selecionados, quanto pela grande exposição realizada por este ator coletivo em relação a seus ideais, pautas e problematizações realizadas acerca de suas reivindicações perante o Estado.

Contudo, antes de adentrar na estruturação dos dados coletados, pretende-se elucidar os primeiros passos que contemplam a construção desta pesquisa. Segundo Chizzotti (2006), a análise qualitativa implica na extração dos significados perceptíveis e latentes acerca de dado objeto de estudo. Assim, optou-se primeiramente pelo uso da técnica de leitura flutuante³⁷, que consiste em estabelecer contato com o material a ser analisado e, a partir disso, a realização quanto à escolha específica dos materiais que compõem o *corpus* que contemplará o conjunto de documentos a serem submetidos a tratamento.

Os documentos selecionados com base na leitura flutuante foram coletados a partir de vídeos e imagens publicadas pelo próprio Movimento Brasil Livre nas redes sociais sob sua assinatura, imagens divulgadas por demais mídias digitais também foram utilizadas para ilustrar os protestos organizados esse ator coletivo. Trata-se de dados de ampla circulação digital que contêm a divulgação de agendas e pautas, demonstrações de rotinas, repertórios e enquadramentos (*frames*) realizados por este grupo. Para maior manuseio do conteúdo relativo aos vídeos optou-se pelo uso de transcrição dos mesmos, buscando maior ênfase na análise crítica a ser tratada e demonstrada na próxima subsecção deste capítulo.

que possuem acesso às informações. Esta plataforma possui amplo acesso em diversos países, tendo um grande potencial de alcance. Saiba mais sobre o YouTube em: <<https://www.youtube.com/yt/about/pt-BR/>>. Saiba mais sobre a página do MBL no YouTube em: <<https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWA0g3AOCCFDCOYw>>.

³⁵ *Facebook* é uma rede social, criada em 2004, que permite aos seus usuários a criação de perfis pessoais e páginas de acesso para compartilhamento de informações e conteúdos digitais. Saiba mais sobre *Facebook* em: <https://www.facebook.com/pg/facebook/about/?ref=page_internal>. Saiba mais sobre a página do MBL no *Facebook* em: <<https://pt-br.facebook.com/mblivre/>>.

³⁶ *Instagram* é uma rede social – *social media* que permite o compartilhamento de imagens e vídeos ao vivo, de forma rápida e precisa, onde estas se tornam acessíveis aos usuários da plataforma digital. Saiba mais sobre *Instagram* em: <<https://www.instagram.com/about/faq/>>. Saiba mais sobre o perfil do MBL no *Instagram* em: <<https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>>.

³⁷ Para saber mais sobre a técnica de leitura flutuante vide: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2006.

O critério para a escolha dos materiais encontrados na próxima subsecção segue os objetivos específicos desta pesquisa, sendo estes: (a) explorar a maneira como os novos atores engajados propagaram seus *frames* de ação coletiva, sob os marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência; (b) analisar a forma como os *frames* de ação coletiva foram utilizados a fim de mobilização de atores individuais e; (c) compreender as diferenciações realizadas pelo MBL entre esquerda e direita política, desde a sua visão do fazer político contencioso à política institucional. No caso específico desta pesquisa, a escolha do método de análise qualitativa, justifica-se pelo uso de dados secundários, a partir de documentos de índole diversa, coletados e produzidos pelo próprio ator coletivo objeto de análise desta pesquisa, o Movimento Brasil Livre.

A escolha do MBL como objeto desta pesquisa surgiu a partir do seguinte questionamento: como pensar, através do montante de atores individuais unidos por uma causa comum, a nova configuração de engajamento social e político no Brasil? Para responder a essa questão buscou-se realizar o recorte temporal do contexto de surgimento desses novos atores engajados. Tal recorte decorre da abertura na estrutura de oportunidades políticas que emerge na tensão estabelecida entre os atores individuais/coletivos e o Estado, no confronto de 2013.

Para que este estudo exploratório pudesse enfatizar a identificação de repertórios de ação coletiva e os enquadramentos (*frames*) utilizados por estes novos atores engajados na política contenciosa brasileira, optou-se por elencar um dos atores coletivos engajados em tal período, cito entre estes os movimentos: (a) Revoltados *On-line*, (b) Vem pra Rua e (c) Movimento Brasil Livre, como a representação objetiva destes novos atores engajados. Dentre os atores coletivos listados, optou-se por elencar o MBL como objeto de pesquisa, tendo em vista o seu potencial mobilizatório. Tal decisão foi tomada para fins metodológicos, pensando de forma crítica em relação ao processo de mapeamento, elaboração textual, correlação teórica e, por fim, a análise de dados.

A formulação de hipótese e objetivos da presente pesquisa ocorreu em conjunto com a leitura flutuante realizada na etapa de escolha dos materiais a serem utilizados, em consonância com a teoria que fornece base para a presente pesquisa,

a saber, a Teoria do Confronto³⁸ (TILLY, 1977; 2008; 2009; MCADAM e TARROW, 2009; TARROW, 2009).

O pressuposto exploratório desta dissertação consiste em comprovar que as ocorrências confrontacionais ocorridas no ano de 2013 e as eleições de 2014, possibilitaram a abertura na Estrutura de Oportunidades Políticas para o ingresso de novos atores individuais e coletivos no contexto da política contenciosa brasileira. Deste pressuposto optou-se pela construção de hipótese que complementa o objetivo geral desta pesquisa, o estudo exploratório acerca do surgimento, ação coletiva, organização e manutenção destes novos atores engajados. Sendo assim, esta pesquisa trabalha com a hipótese de que a utilização dos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência foi uma opção do MBL para validar sua ação coletiva, com vistas a continuidade da organização após o fim de ciclo do governo do Partido dos Trabalhadores.

Quanto aos próximos subcapítulos do presente estudo, ocorrerá o tratamento dos dados coletados. A análise qualitativa transcorrerá aqui a partir da elaboração precisa e sistemática através de descrição crítica de trechos das declarações públicas realizadas por lideranças do MBL, bem como o uso imagens que ilustram eventos e posicionamentos políticos ideológicos deste ator coletivo. A análise de dados ocorrerá com o foco nos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência a partir da aplicação dos *frames* de ação coletiva listados no segundo capítulo desta dissertação, a saber: (1) antipetismo; (2) anticorrupção; (3) Estado mínimo; (4) nacionalismo e (5) não-violência.

4.2 Nacionalismo e não-violência um olhar a partir dos *frames* de ação coletiva e a figuração dos novos atores coletivos no Brasil

Nesta subsecção será realizado o tratamento dos dados coletados acerca do objeto de estudo que configura a imagem dos novos atores engajados em confronto no país, o Movimento Brasil Livre. Para tanto, optou-se pelo uso do método de análise qualitativa enfatizando os marcos multi-temáticos (a) nacionalismo e (b) não-

³⁸ A teoria do confronto consiste em explicar o surgimento e o desenvolvimento de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, a partir da estrutura de oportunidades e ameaças políticas, no tocante a relação de força – confronto – entre autoridades e desafiantes (ALONSO, 2012, p. 21).

violência, com intuito de descrever através de tais olhares os *frames*³⁹ de ação coletiva utilizados pelo MBL, analisando de forma crítica como este ator coletivo se apresenta através do uso de seus enquadramentos e a criação de sua identidade coletiva.

4.2.1 Nacionalismo

O nacionalismo será observado aqui a partir de duas vertentes complementares no caso do referido tratamento de dados. Utilizar-se-á como guia o conceito político de nacionalismo realizado por Bobbio (2007) e o viés filosófico abordado por Chauí (2000). Para tanto, cabe retomar brevemente ambos os sentidos empregados aqui a esta categoria.

Segundo Bobbio (2007), de modo geral, o conceito de nacionalismo ancora-se na ideologia de um Estado nacional que, em um modelo democrático, aplica-se a soberania do povo fundamentando o Estado popular. A ideia de um Estado nacional, cuja soberania popular é considerada como indispensável, incorpora diretamente a formação da consciência popular/nacional de união mediante a atribuição de direitos democráticos e igualitários, proporcionando aos indivíduos a oportunidade de participação junto à definição da política de Estado, ou seja, atribui aos indivíduos oportunidades iguais para a participação política. Porém, a ideologia nacional trata-se de uma “imagem mítica que possibilita aos indivíduos a representação da ideia de que o Estado pertence ao povo” (BOBBIO, 2007, p. 800).

Com base nas definições realizadas por Bobbio (2007), sobretudo pela ideia da imagem mítica da representação de um Estado que pertence ao povo, utilizar-se-á, como complemento, o recorte filosófico realizado por Chauí (2000) acerca do mito do “verdeamarelismo”. Este recorte consiste na crença da unidade, identidade, indivisibilidade e da representação homogênea do povo brasileiro, corroborando para a ideia da construção de uma “identidade nacional”. Dentre o tratamento dos dados relacionados ao nacionalismo ocorrerá a abrangência descritiva dos *frames* visando, além de sua descrição, o contraponto entre ambos os enquadramentos utilizados pelo Movimento Brasil Livre.

³⁹ Conforme citado no segundo capítulo deste trabalho, em sua segunda subsecção, a propagação os *frames* observados e elencados a saber nesta pesquisa são: (1) anticorrupção; (2) antipetismo; (3) Estado mínimo; (4) nacionalismo e; (5) não-violência.

Desde a publicação do manifesto do MBL, em novembro de 2014, o movimento recorreu à exaltação ao aspecto nacionalista e de sua busca por um Estado mínimo, baseando parte do documento na construção de uma identidade nacional coletiva, com ideais ligados à liberdade individual e econômica, conforme a imagem 01 – Manifesto do Movimento Brasil Livre, exposta em capítulo anterior.

A figuração realizada no documento de origem do Movimento Brasil Livre demonstra nitidamente o viés nacionalista dos novos atores engajados na política contenciosa brasileira. O caráter de homogeneidade, regido pela ideia de um governo que possa “unir o seu povo”, bem como a luta por um Brasil, independente de quem esteja à frente do cenário político nacional, indica, sobretudo, a busca pelo fortalecimento de um Estado Nação, um Estado popular, dentre o ideal de um modelo de Estado mínimo.

A exaltação do caráter nacional vinculado à imagem, ou às cores correspondentes a bandeira nacional, demonstra a visibilidade forjada acerca do “orgulho nacional”, conforme ilustrado em as figuras abaixo.

Imagem 02 – Protesto 04 de dezembro de 2016, São Paulo.



Fonte: Movimento Brasil Livre, Instagram, 04/12/2016.

Imagem 03 – Protesto 13 de março.



Fonte: Movimento Brasil Livre, Instagram, 05/04/2016.

A ideia de um povo unido contra a corrupção e o fim do governo do Partido dos Trabalhadores foi suplantada por elementos vinculados a união da população brasileira em torno da criação de uma identidade nacional. A formulação dessa identidade que visou à unicidade e indivisibilidade dos cidadãos brasileiros em busca da efetivação da pauta em torno do *impeachment*, que esteve amplamente difundida a partir dos enquadramentos utilizados pelo Movimento Brasil Livre. A vinculação entre os *frames* de anticorrupção e antipetismo com a bem-vinda imagem de um Estado nacional corroborou para o reconhecimento destes novos atores como um conjunto, como “povo brasileiro”.

O PT há anos vem dividindo a sociedade. Dividiu a gente entre ricos e pobres entre negros e brancos, mas a partir de hoje as suas divisões são inúteis, não vão mais separar o povo brasileiro. Porque estamos demonstrando que somos um só povo, de uma só nação, contra uma presidente claramente envolvida em um lamaçal de corrupção. Porque para os parlamentares de oposição, o dinheiro deles tá aqui ó, no bolso, durante quatro anos. Eles pediram pra Dilma sangrar e a gente sangrar junto (MBL, 18/03/2015).

O *frame* de ação coletiva baseado no nacionalismo em nenhum momento ocorre descolado do discurso que propaga críticas ao governo de Dilma Rousseff. A manutenção desse discurso é realizada, conforme demonstra o trecho acima, a partir da responsabilização da fragmentação da população brasileira em decorrência das práticas políticas privilegiadas pelo Partido dos Trabalhadores ao longo de sua gestão. A construção do discurso acima, além de exaltar o aspecto nacionalista pleiteado pelo MBL, também conta com a utilização dos *frames* de antipetismo e anticorrupção, na tentativa de sustentar a ideia de unicidade do povo brasileiro contra o seu principal opositor, o Partido dos Trabalhadores.

O discurso assentado no jargão “povo brasileiro” demonstra muito acerca da composição dos novos atores engajados a direita política. Além de ressaltar o aspecto discursivo de homogeneidade, também prima pelo caráter de diferenciação entre as propostas pautadas pelo MBL para a gestão do país.

Ao sugerir que a imagem do PT está atrelada ao desgaste do cenário de crise política, conjuntamente com elementos discursivos que fomentam a ideia de separação da população brasileira, o MBL passou a fortalecer as suas pautas através do *frame* nacionalista. A utilização de vestimentas com as cores da bandeira do Brasil, bem como a imagem da mesma, trouxe aos protestos a forte conotação da necessidade de uma luta característica acerca da imagem mítica de que o Estado pertence ao povo (BOBBIO, 2007), suplantando neste caso específico, o mito do verdeamarelismo (CHAUÍ, 2000).

A crença forjada na unicidade da população brasileira, independente da divisão de classes, etnias e gênero se transformou em um fator a complementar a luta travada contra a então atual gestão da esfera política nacional. O discurso proferido figurado pelo amor a pátria, pela luta de pessoas pelo bem comum a ambas, marcou fortemente as asserções realizadas pelo Movimento partir do enquadramento nacionalista, conforme demonstra o trecho a seguir:

Tudo o que queremos é fazer a voz do povo, é fazer a voz das ruas ecoar pelo Congresso Nacional e impedir que a população sofra ainda mais. Somos milhões de brasileiros, brancos, negros, homens e mulheres, estamos cansados de sermos roubados, estamos cansados de ser enganados. Estamos cansados de esperar por um futuro que nunca chega. Exigimos o impeachment da Presidente Dilma Rousseff (MBL, 19/08/2015).

Ao se valer de tal enquadramento o MBL justifica a sua luta a partir das características indicadas pelo conceito de nacionalismo realizado por Bobbio (2007), no tocante a construção e fortalecimento de um Estado popular, incitando assim, a imagem mítica da participação do povo junto à esfera política. A crença em uma unidade nacional emerge como ponto chave dentre os *frames* utilizados pelo Movimento para sustentar a busca para um novo ideal político para a sociedade brasileira.

Nossa bandeira jamais será vermelha, nossa bandeira jamais será vermelha, nossa bandeira jamais será vermelha. Temos que exigir do Senado, dos Deputados Federais, da mídia, do judiciário, a investigação desse Petrolão. São Paulo tem que tomar iniciativa hoje, nós todos, para iniciar um movimento nas ruas, pressionar as Instituições e defender a imprensa, porque a Veja foi atacada. Chega desse governo com iniciativas bolivarianas que quer transformar o Brasil em Cuba. Estão tentando dividir pobres e ricos, negros e brancos, afim de dividir para poder reinar, o PT e sua corja liderados por Lula [...] a gente quer que os casos de corrupção do Petrolão sejam apurados e se comprovados que seja feito o *impeachment* imediatamente [...] nós estamos aqui pelo Estado Democrático de Direito, decência, legalidade, é isso que nós queremos. Estaremos quanto necessário for, se possível, ou se necessário, todos os dias fazendo a voz necessária, justiça. [...] Não deixe a mídia te enganar, essa é a luta da nossa geração (MBL, 03/01/2014).

O *frame* antipetismo demonstrado no trecho acima, também corrobora para a ideia do fortalecimento de um caráter nacional, interligando-se, assim, ao *frame* nacionalista. A asserção discursiva encontrada no trecho “*nossa bandeira jamais será vermelha*” faz referência figurativa à bandeira⁴⁰ do Partido dos Trabalhadores, associando o mesmo, posteriormente, com o governo de Cuba, sugerindo a ideia de que o Brasil esteve sob gestão comunista pelas mãos do PT. Além de sustentar o entendimento ao seu público alvo de que a política pretendida por esse ator coletivo está dissociada da política realizada por atores ligados à esquerda política.

A referida associação foi realizada a fim de reforçar a defesa e a manutenção do Estado Democrático de Direito baseado nos princípios norteadores destes atores coletivos, tais como a liberdade de imprensa, a liberdade individual e a diminuição do caráter intervencionista do Estado no tocante às regulamentações governamentais, conforme publicado no manifesto do MBL. Nesse ponto encontra-se, também, o *frame* relacionado à defesa do Estado mínimo como a possível solução para reparar os danos causados pelo Partido dos Trabalhadores.

⁴⁰ A bandeira do Partido dos Trabalhadores é composta pelas cores vermelha (em seu corpo) e amarela (na estrela que se encontra ao centro).

Ao interligar os *frames* antipetismo e nacionalismo, o MBL passou a dar vazão ao discurso de fortalecimento do Estado nacional. Ao mencionar que o PT dividiu a população brasileira entre ricos e pobres, brancos e negros⁴¹, o Movimento pauta a ideia de unicidade e fortalecimento da nação através da força das ruas. As críticas realizadas no referido trecho, soam, sobretudo, como se a gestão nacional realizada pelo PT fosse contrária ao Estado Democrático de Direito.

Para além dos fatores abordados até então, no tocante ao discurso de caráter nacionalista, o MBL utilizou destes elementos também como forma de mobilizar o máximo de atores individuais à adesão de suas pautas, apostando em aspectos globalizantes como pano de fundo para validar o reconhecimento de sua agenda e enquadramentos perante a população.

Nosso discurso é de amor, amor por um país. Porque quando você sai da sua casa pra lutar pelo seu país, você também está lutando por pessoas que não fizeram o mesmo por você. Quando você está saindo da sua casa, pensando que outros tem que pagar menos impostos você não está pensando apenas em você, está sendo caridoso com os outros. Impeachment é sim um pedido de amor. É um pedido de amor pelas contas públicas que são o tempo todo estupidadas por governantes que usam dinheiro para se promover. Eles falam em discurso de ódio, mas o que e vejo aqui é apenas amor. O que eu vejo aqui são pessoas, de todos os cantos da minha cidade, sem se conhecer, gritando a mesma coisa. Pessoas que evidentemente discordam em muitos pontos, mas pessoas que tem certeza que não querem mais serem escravas. A nossa escravidão acabou, chegou ao fim (MBL, 24/08/2015).

No trecho acima se entrelaçam os *frames* nacionalista, antipetista e anticorrupção. Ao utilizar tais enquadramentos de ação coletiva, com base discursiva, se observa que o ator coletivo em questão busca através da sensibilização popular com base no contexto de grave crise política no Brasil, a aprovação da projeção do processo de *impeachment*. Forjando, através desses elementos discursivos, uma imagem distorcida em relação ao Partido dos Trabalhadores, desconsiderando as demais siglas partidárias que fizeram parte da

⁴¹ Essa menção discursiva realizada pelo MBL também pode ser vista como uma crítica ao resultado das eleições presidenciais de 2014, onde a então candidata Dilma Rousseff (PT) obteve a vitória sob o candidato Aécio Neves (PSDB), com uma baixa diferença percentual. Ressaltando que essa vitória foi possível a partir dos votos realizados pela candidata, haja vista o recorte populacional amplamente assistindo pelas políticas públicas geridas pelo PT em seus mandatos anteriores. As críticas realizadas pelo MBL no tocante a “separação do povo brasileiro” podem ser encaradas como uma tentativa de dissociar a imagem do PT como o partido que mais beneficiou, através de sua política social, as minorias que cujos votos foram fundamentais para a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014.

gestão do governo nacional dentre os anos em que o PT esteve à frente da política nacional.

A analogia à escravidão pautada no discurso acima demonstra fortemente o apelo à liberdade a partir da defesa de um Estado mínimo. Além de relacionar tal fala às pautas difundidas por atores individuais ligados à direita política nas manifestações ocorridas ao longo e a partir de 2013, onde parte dos atores individuais envolvidos em confronto bradou por liberdade.

O forte apelo à adesão aos protestos e pautas geridos pelo MBL através do discurso voltado ao empoderamento do “povo brasileiro” foi um dos grandes elementos utilizados para mobilizar atores individuais, coletivos e institucionais para as questões pautadas pelo grupo. Elementos estes que denotam, além do uso de um caráter nacionalista, a formação de atores sociais engajados em um *modus operandi* conectado a uma direita política conservadora. Assim, a força de pressão realizada pelo MBL através de seus repertórios de ação, conjuntamente com os *frames* de ação coletiva, corroborou, em muito para o entrelaçamento de objetivos pautados por este ator coletivo e os interesses da elite política.

Não tem mais desculpa pra proteger o Governo e aqui a gente não vai só criticar o PT não. Qualquer partido, qualquer político, qualquer deputado, qualquer senador, que votar contra o pedido de impeachment vai ser lembrado pela história como o político que traiu o país [...] O Movimento Brasil Livre tem trabalhado a mais de um ano dentro do Congresso Nacional, e eu sou testemunha porque eu estou lá quase todo o mês pra que exista um impeachment, pra que aconteça e por isso nós exigimos pra que todo e qualquer congressista, seja deputado, seja senador, que dê a cara a tapa, que assuma um lado, porque no Brasil não tem mais lugar pra covardes, no Brasil não há mais lugar pra políticos em cima do muro. Por isso nós exigimos de todo o político, se tiver vergonha na cara venha às ruas hoje e olhe nos olhos do povo pra dizer pra cada brasileiro que você votará a favor do impeachment de Dilma Rousseff (MBL, 22/03/2016).

O reconhecimento das pautas reivindicatórias dos novos atores coletivos no Brasil, em grande medida ocorreu não somente pelos enquadramentos que evocaram o antipetismo, anticorrupção e a instauração de um modelo de Estado mínimo. O caráter discursivo complementar envolvendo aspectos nacionalistas obteve grande força, somando maiores elementos para figurar a luta destes atores engajados à direita política, através da ideia de empoderamento e unicidade.

O empoderamento mencionado abriu maiores precedentes ao longo dos ciclos de protestos realizados pelo MBL, além de exaltar a busca da direita política

pela legitimidade popular, também oportunizou a abertura para a defesa de aspectos conservadores, no tocante a questão da moralidade social. Na imagem a seguir se observam, além dos aspectos já relacionados ao caráter nacionalista como o uso de cores e vestimentas que contemplam a exaltação nacional, também traços de cunho conservador. A partir da descrição da faixa empunhada pelos manifestantes engajados no cenário da política contenciosa brasileira se percebe o forte apelo a questões atreladas a moralidade, a exemplo da alusão realizada sobre a questão da legalização do aborto: “*como legalizar a morte se queremos a vida*”.

Imagem 04 – Protesto 04 de dezembro de 2015.



Fonte: Movimento Brasil Livre, Instagram, 04/12/2016.

A conexão entre esses novos atores engajados e a sinalização da política conservadora, tanto das camadas de base quanto em cunho institucional, carrega consigo um complemento importante para desenhar o perfil do atual cenário político no Brasil. Neste contexto atual o apelo liberal, a partir do *frame* relacionado ao Estado mínimo, acabou por ser um plano de fundo na defesa de um Estado com baixa intervenção na economia, trazendo em seu bojo a crítica aos anos de gestão do Partido dos Trabalhadores, bem como os anseios de parte da população brasileira e de seus representantes pela mudança na estrutura social e política no país.

O processo de estruturação da política de confronto realizada pelo MBL a partir da condução dos repertórios de ação coletiva, enquadramentos e a exaltação do caráter nacionalista em busca de reconhecimento e unicidade em relação às

pautas em voga, configura o forte indício de um processo de mudança estrutural na condução política das Instituições brasileiras. A mudança na configuração das lutas sociais no Brasil, ou seja, o entrelaçamento da política contenciosa para o enfoque de ações vinculadas ao modelo de política contestatória foi um fator de extrema importância para o andamento de uma adormecida agenda política no país. O amplo uso dos *frames* analisados a partir do recorte que abrange o marco multitemático nacionalismo proporcionou a força motriz para a continuidade da ação coletiva do Movimento Brasil Livre e demais atores individuais engajados na política contenciosa brasileira sob o compartilhamento das pautas gerenciadas por este ator coletivo.

4.2.2 Violência

Pretende-se destacar aqui o marco multitemático “violência” como um método discursivo que visa à dissociação entre a ação coletiva dos novos atores engajados perante a imagem das representações sociais criadas para os manifestantes ligados à esquerda política a partir do ano de 2013. As interpretações que o movimento faz da violência emergem diante do forte apelo discursivo realizado pelo Movimento Brasil Livre ao referir-se a práticas contenciosas de grupos antagonistas. Observar-se-á, aqui, aos *frames* de ação coletiva elencados nesta pesquisa mediante o recorte da violência.

Para trazer informações dos acontecimentos ocorridos nos protestos promovidos por atores coletivos antagonistas, o MBL esteve presente em ato convocado por estes grupos, buscando assim qualificar suas acusações através do recorte forjado de demonstrações de violência “advinda” dos atores coletivos de esquerda.

Oi pessoal, a gente tá aqui na frente da estação Consolação... olha lá, começou o pau. ((bombas)). Basicamente jogaram uma bomba de fabricação caseira dentro do metrô, o pessoal do Passe Livre, novamente... e aí obriga esse tipo de reação. Todo mundo sabe, todo mundo viu, quem iniciou isso aqui foi o pessoal do Passe Livre, jogando uma bomba de fabricação caseira dentro da estação de metrô. Os caras falam que são infiltrados, mas tem bomba caseira, quebram a porra toda e se faz de vítima (MBL, 18/01/2016).

Ao trazer fragmentos dos acontecimentos ocorridos em protesto realizado pelo Movimento Passe Livre e demais atores coletivos, o MBL leva ao seu público

elementos para acusações e diferenciações quanto ao fazer político realizado por ligados à esquerda e à direita política⁴².

Aí pessoal como à gente pode ver uma minoria pacífica, enfim, que acabou cometendo alguns deslizes, quebraram ali ((MBL mostra a televisão do metrô e catracas)). Conforme relatos da equipe de segurança do metrô houve bombas caseiras e como a gente demonstrou numa entrevista que a gente pegou agora a pouco, os manifestantes acham normal cê jogar bomba, acham que por o metrô ser um símbolo pode jogar bomba. A gente pegou uma declaração dessas. É bem complicado né, quem tá sofrendo agora é o cidadão comum que tava trabalhando e quer voltar pra casa e tá tendo o seu direito de ir e vir sendo violado por conta dessa minoria. Por conta de uma manifestação que não teve sucesso nenhum, que levou mil pessoas às ruas e causa todo esse transtorno numa cidade do tamanho de São Paulo (MBL, 18/01/2016).

A aparente dissociação entre o engajamento das lutas sociais travadas por grupos de esquerda e direita, realizada pelo Movimento Brasil Livre nas declarações expostas acima, demonstra o forte apelo deste grupo quanto à separação entre “nós” e “eles”, por trás de um discurso sobre o uso e o desuso da violência nos protestos. Esse aspecto de dissociação entre “nós” e “eles” é encontrado nos discursos do MBL também sob o *frame* antipetismo e no caso da análise sobre a dissociação a partir do discurso da violência, pode ser extrapolado para a esquerda política como um todo. Além desse aspecto observa-se a responsabilização sobre a possível intervenção na liberdade dos cidadãos quanto ao direito de ir e vir, “por conta de uma minoria”.

Além da descrição de fatos isolados realizada pelo Movimento Brasil Livre, perante a ação coletiva advinda de grupos antagonistas, o citado ator coletivo também passa a deslegitimar a política contenciosa mobilizada por atores individuais e coletivos ligados à esquerda política. Para tanto, o MBL utilizou como estratégia a captação de momentos específicos do confronto entre os manifestantes ligados à esquerda política e a polícia. Este recorte na captação de conteúdo realizado pelo MBL ultrapassa a tentativa de deslegitimar a ação coletiva de grupos antagonistas, manipulando, assim, as informações divulgadas ao seu favor.

⁴² Direita e esquerda são termos utilizados para designar o contraste entre ideologias, pensamentos e ações realizadas em âmbito político (Bobbio, 1995). Segundo Bresser-Pereira (2006) a definição de direita está ligada ao conjunto de forças políticas que visa à manutenção da ordem, enquanto a definição de esquerda está ligada ao conjunto de forças políticas que busca ariscar a ordem em razão da manutenção da justiça. A esquerda política é caracterizada pelo papel ativo do Estado quanto à redução da injustiça ou desigualdade social, tornando-o, assim, intervencionista. Em contraposição, a direita política é caracterizada pela defesa de um Estado mínimo, não intervencionista, limitando este a garantia da ordem pública, atribuindo ao mercado (livre economia) a coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Então, o que nós tivemos aqui, vamos compreender... uma manifestação esvaziada, sem adesão popular alguma. Uma manifestação onde os próprios participantes, os poucos independentes que estão lá criticam a elitização da mesma, uma manifestação com larga presença de partidos políticos e de movimentos ligados a partidos políticos e partidos, obviamente, que defendem a causa governista, ou ao menos as suas ideias. O que a gente percebe também é que existe sim pessoas que praticam atos violentos e que esses atos violentos não são repudiados pelos participantes da própria manifestação, aliás não é uma exceção, é sempre regra. Se há manifestação do Passe Livre, há atos violentos, a gente assistiu agora uma bomba dentro do metrô. Em qualquer país do mundo uma bomba no metrô seria considerado um ato terrorista. E no Brasil, nem cobertura isso teve. Então... vamos entender. Porque existe essas manifestações se não tem adesão? Se o que eles propõem como solução pra o aumento da passagem... vamos ser sinceros, o aumento da passagem foi causado pela inflação, pelo aumento da energia, pelo aumento dos combustíveis, inclusive pelo aumento dos combustíveis... o petróleo internacional baixou e a Petrobrás aumentou por conta do Petrolão, o escândalo causado pelo Governo Federal. E a gente não viu nenhuma nota em relação a isso, na verdade, muito pelo contrário, a gente vê as lideranças do movimento pleiteando uma solução utópica, uma solução sem sentido e simplesmente jogando a violência pela violência (MBL, 18/01/2016).

No trecho exposto acima se pode observar a associação que o MBL realiza em seu discurso entre os *frames* de anticorrupção, antipetismo e violência. Ao mencionar que os atores engajados à esquerda política são coniventes com a “causa governista” e que as soluções que os mesmos oferecem para a melhoria de serviços e a diminuição da tarifa do transporte público segue de forma utópica, o MBL deslegitima as pautas da esquerda e aposta na livre associação da “ineficácia” de sua agenda com as críticas realizadas ao Partido dos Trabalhadores enquanto gestor nacional.

Essa livre associação realizada pelo MBL, além de entrelaçar *frames* de ação coletiva, também suplanta a ideia de que a política de esquerda, sendo realizada na base ou em nível institucional, não é conduzida de forma eficaz. Esse aspecto discursivo conduz diretamente ao apelo de *impeachment* e ao argumento de que o país necessita de novos arranjos institucionais.

Além de tachar os movimentos de esquerda como violentos, o MBL hostiliza a ação dos mesmos, justificando em seu discurso a insuficiência da ação coletiva destes grupos. Ainda, como argumento defensivo e dissociativo, as acusações do Movimento Brasil Livre perante a política contenciosa realizada pelo Movimento Passe Livre seguem distorcidas, sendo classificadas como uma maneira de confundir o real propósito da luta social brasileira. Este processo de enquadramento

discursivo se encontra ancorado sob o *frame* antipetismo e resumido como “a saída da presidente mais corrupta da nossa história”. Conforme demonstra o trecho a seguir:

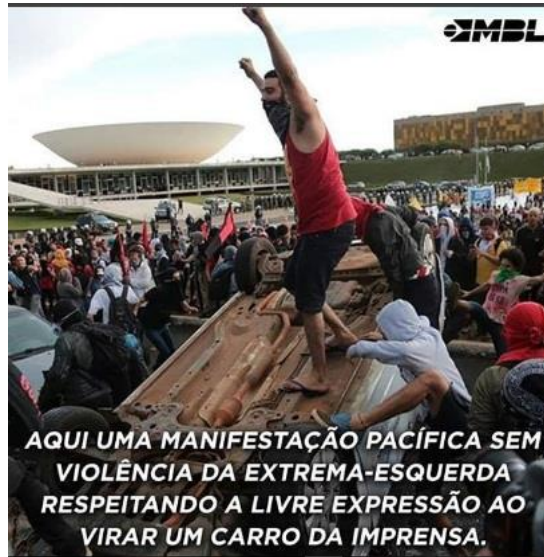
O objetivo disso é apenas um, é confundir você, é fazer você parar de falar no tema principal que é à saída da presidente mais corrupta da nossa história. E também botar medo nas pessoas, pra que as pessoas imaginem que o grande protesto que vai ter no dia 13 de março, também possa ser alvo de violência, de bombas, de black blocks infiltrados. O que eu digo pra vocês é que não vai ser, porque Movimento Brasil Livre e os movimentos anticorrupção, os movimentos contra o Governo, possuem outro tipo de defesa da República, outro tipo de defesa das Instituições, outro tipo de defesa de valores, ok. Nós não aceitamos infiltrados, nós não aceitamos bandidos e nós não queremos expor pessoas à violência simplesmente pra criar um clima revolucionário. O que nós queremos é muito claro, nós queremos a deposição desse Governo corrupto, e lamentamos em ver jovens que corroboram com a violência e não se indignam com a corrupção, o que sangra nosso país. É isso aí, muito obrigado (MBL, 18/01/2016).

A dissociação entre ambos os atores individuais e coletivos emerge, primeiramente, pela força motriz ideológica que os une enquanto grupos. De um lado grupos de esquerda, por outro, grupos de direita e, em ambos os casos, os mesmos repertórios de ação coletiva em diferentes estruturas de facilitação e restrição quanto à relação a Estrutura de Oportunidades Políticas (EOPs). Embora o papel do Estado seja um fator relevante no tocante à facilitação e repressão dos diferentes repertórios de ação coletiva, optou-se aqui em tratar os dados para apresentar, a partir dos *frames* de ação coletiva, a maneira como o Movimento Brasil Livre buscou dissociar o seu modelo de movimento social rompendo com a característica popularmente vinculada a base da esquerda política.

Ao longo dos ciclos de protestos realizados pelo MBL, em mobilizações denominadas pelo próprio movimento e aclamadas pela mídia como “atos pró-*impeachment*”, ocorreu, concomitantemente, atos ligados a movimentos “contra o golpe” que privilegiaram ações coletivas contra o andamento do processo de *impeachment*. Os protestos “contra o golpe” foram característicos de atores individuais e coletivos ligados à esquerda política, enquanto os movimentos “pró-*impeachment*” foram organizados por movimentos ligados à direita política, fortemente motivados pelos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência, sob o enfoque dos *frames* anticorrupção e antipetismo. Conforme ressaltado anteriormente, as ações coletivas de ambos os grupos assemelham-se em estrutura, mas diferem na medida em que são conduzidas.

O discurso propagado pelo MBL, bem como a condução de seu repertório de ação baseou-se em atos não violentos⁴³, enquanto pequenos grupos ligados aos movimentos antagonistas utilizaram de ações e estratégias confrontacionais qualificadas pela mídia e pelos próprios organizadores de movimentos de direita como “vandalismo”⁴⁴.

Imagem 05 – “Manifestação pacífica de extrema-esquerda”



Fonte: Movimento Brasil Livre, Instagram, 29/11/2016.

Imagem 06 – “Isso sim é Democracia”



Fonte: Movimento Brasil Livre, Instagram, 04/12/2016.

⁴³ Aqui se refere violência como ato violento gerado pelo abuso da força.

⁴⁴ Ressalta-se que a perspectiva utilizada para a denominação de vandalismo segue a lógica discutida no primeiro capítulo desta pesquisa, com base na construção de uma representação social (PORTO, 2002) criada para classificar os manifestantes ligados à esquerda política a partir do confronto ocorrido nas Jornadas de Junho de 2013.

Conforme demonstram as imagens acima, oriundas de publicações realizadas pelo MBL em seu perfil do *Instagram*, atrela-se a democracia o modelo de política de base realizado por este ator coletivo. Contudo, ressalta-se aqui a discrepância na escolha de imagens divulgadas pelo coletivo em uma de suas redes sociais. Enquanto a imagem ligada a “extrema-esquerda” está intimamente conectada a ações qualificadas como violentas, a imagem selecionada para figurar a luta social destes novos atores coletivos está envolta pelo aspecto de diferenciações entre ambos os grupos, suplantada pela ideia de “um modelo correto de ações democráticas”. Nas referidas imagens nota-se amplamente o uso do *frame* ligado a não violência como meio de dissociação entre a política de base realizada por atores de direita e atores de esquerda política.

A urgência em comprovar que o caráter de política realizada pelo Movimento Brasil Livre diferencia-se substancialmente a herança histórica das lutas sociais construída pela sociedade brasileira, ligada à ação coletiva de movimentos e grupos alinhados a orientação ideológica à esquerda conduz a outro fator importante observado junto aos dados analisados.

Conforme demonstra a imagem abaixo, construída pelos próprios dirigentes do MBL, buscou-se o enfoque aos enquadramentos que diferenciam as ações conduzidas por grupos de esquerda e direita política. A imagem demonstra a aplicação simbólica dos *frames* utilizados para dissociar as ações coletivas de ambos os grupos antagônicos: a primeira metade da imagem remonta a ideia de uma ação coletiva correta, que privilegia ações moralmente aceitas pela sociedade, conseguindo, assim, ter validação sob suas pautas; a segunda metade da imagem demonstra atos violentos de pequenos grupos nas manifestações contra o golpe, que não obtiveram legitimidade sob suas ações. Essa associação foi amplamente difundida pelo Movimento Brasil Livre, não somente no tocante a utilização ou não utilização da violência pelos diferentes grupos em protesto, mas também, pelo forte apelo entre “nós” e “eles” que circunda toda a base discursiva do ator coletivo aqui analisado, seja pelo *frame* de antipetismo, seja pelo *frame* de não violência.

Imagem 07 – Diferenciação entre movimentos de direita e esquerda política



Fonte: Movimento Brasil Livre, Instagram, 14/12/2016.

O caráter de “politicamente correto” atribuído por estes novos atores engajados ao seu fazer político incorre, em muito, da tentativa de deslegitimar a imagem política ligada à esquerda, sendo esta a nível institucional, a partir do *frame* antipetismo, ou em nível da política de base que remete ao caráter de política contenciosa realizada por movimentos sociais, ressaltado pelo *frame* relacionado à violência.

Os elementos analisados até o presente momento carregam consigo o entrelaçamento realizado pelo Movimento Brasil Livre para a apropriação de um espaço aberto na estrutura de oportunidades políticas no contexto social brasileiro. Os *frames* abordados a partir dos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência demonstram os mecanismos utilizados para a mobilização de atores sociais, bem como a dissociação realizada entre a atuação dos atores individuais e coletivos ligados as classificações ideológicas. Os aspectos de ação coletiva, em

conjunto com as exaltações discursivas nacionalistas, o fazer político contestatório e a dissociação confrontacional entre “nós” e “eles”, a partir do apelo à violência e a hostilização da dinâmica política esquerdista, ressaltam a configuração destes novos atores coletivos no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa discutiu a problemática acerca do surgimento e a formação dos novos atores engajados na política contenciosa brasileira. Para tanto, utilizou-se como base a Teoria do Confronto Político que visa explorar e explicar o surgimento e o desenvolvimento de mobilizações coletivas levando em consideração o contexto político de emergência de um dado confronto. A explicação realizada pelos autores responsáveis pelo desenvolvimento desta teoria sugere a utilização do estudo acerca da estrutura de oportunidades e ameaças políticas, no tocante à relação de forças – confronto – estabelecida entre autoridades e seus desafiantes.

Em um recorte inicial a pesquisa teve como base, para elucidar a abertura na estrutura de oportunidades e ameaças políticas, o contexto de mobilizações ocorridas a partir do ano de 2013. Neste contexto observou-se na política contenciosa brasileira um movimento de massa polissêmica e multiforme que oportunizou a adesão de novos atores engajados ao conflito político, com vistas às potencialidades de um confronto político, bem como a utilização de espaços públicos como locais reivindicatórios. Essa primeira adesão contou como força motriz a grave crise política e econômica que assola o país desde então. O que começou com reivindicações organizadas por atores coletivos ligados à esquerda política, que pautaram a diminuição da tarifa cobrada pelo transporte público acabou por abrir um grande espaço para críticas realizadas à condução de programas sociais, garantia de acesso a direitos, cidadania e a gestão de gastos públicos.

As questões reivindicadas em 2013 extrapolaram a pauta originária proposta pelos organizadores das mobilizações em questão. Este importante aspecto desde logo sinalizou as mudanças que estariam por vir após tal contexto de mobilização. O que teve início com tímidos atores individuais desorganizados e com diversas reivindicações nas mobilizações de 2013, se transformou na formação do conjunto de atores individuais espalhados pelas principais cidades do país, a partir de mobilizações realizadas por atores coletivos organizados a partir de pauta comum, após as eleições presidenciais de 2014.

Ao contemplar parte da problematização desta pesquisa exploratória, que visa descrever questões relativas ao surgimento dos novos atores engajados na política

confrontacional brasileira, buscou-se compreender tal problema a partir de reconstrução do contexto sociopolítico do Brasil. Para tanto, utilizou-se como referência o confronto político ocorrido no ano de 2013 como o propulsor para a abertura de novos espaços junto à estrutura de oportunidades políticas. Esta abertura mostrou-se primordial para propiciar aos novos atores engajados maior apropriação dos espaços de confronto. A discussão realizada no primeiro capítulo desta dissertação teve por objetivo explicar a dinâmica de confronto que oportunizou a mudança no cenário de confronto político no Brasil, possibilitando, a partir disso, a formação de um contexto sociopolítico favorável para o surgimento dos novos atores engajados na política contenciosa brasileira.

No primeiro capítulo desta dissertação optou-se em enfatizar, além de parte problemática inicial acerca do surgimento dos novos atores engajados em confronto no Brasil, o posicionamento do Estado perante aos aspectos de repressão e facilitação contidos na descrição do contexto que propiciou a abertura de novos canais de participação contenciosa. Enquanto que em 2013 observaram-se fortes indícios de repressão advindos do Estado, considerando o confronto mediado pela violência como ameaça a luta organizada por movimentos ligados à esquerda política, nota-se a discrepância quanto ao posicionamento das Instituições governamentais no tocante às mobilizações organizadas posteriormente.

Após o contexto das manifestações de 2013 que ocasionou forte tensão na política contenciosa brasileira, conjuntamente com a grave crise política e o surgimento tímido de atores reivindicando maior esclarecimento acerca dos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, nota-se a abertura de um espaço paulatinamente ocupado, desde então, por atores coletivos ligados à direita política. Ao considerar a mudança substancial no caráter reivindicatório das mobilizações realizadas a partir de 2013, buscou-se maior compreensão acerca destes novos atores individuais e coletivos engajados na política contenciosa brasileira.

Dentre a estrutura mencionada, considerando o pressuposto de que o contexto político e as mobilizações de 2013 geraram ciclos de protestos a partir da estrutura de oportunidades políticas decorrentes deste período, o segundo capítulo teve como objetivo descrever a dinâmica de ação coletiva, com base nos repertórios e *frames*, do arranjo dos novos atores individuais e coletivos.

Uma vez identificados os repertórios de ação realizados por estes atores concluiu-se que: (a) a ação coletiva propagada pelo MBL em pouco difere daquelas exercidas por atores engajados à esquerda política, caracterizando, assim, o aspecto modular da ação coletiva; (b) identifica-se, ainda, inovações substanciais no tocante as rotinas de ação coletiva, a este aspecto utilizei ao longo do texto o recorte de política contestatória, que indica através da dinâmica de ação de dado ator coletivo o entrelaçamento entre a política de base (movimento social) e a política institucional; (c) o uso de *frames* de ação coletiva que contemplam os enquadramentos utilizados pelo MBL, sob os marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência, em busca de reconhecimento para validar suas pautas e reivindicações perante atores sociais e atores institucionais.

No tocante ao fazer político contestatório realizado por estes atores ligados à direita política, considere alguns aspectos como primordiais para o transcurso de sua ação coletiva: (a) a tensão política que ocasionou demonstrações de fragilidade do Estado através das mobilizações de 2013 e o iminente descontentamento da população brasileira perante as ocorrências nas referidas manifestações; (b) a grave crise de representatividade política gerada pelos escândalos de corrupção; (c) o resultado das eleições presidenciais de 2014 que ampliou a margem para a realização de mobilizações advindas destes novos atores, e; (d) a força de pressão exercida pelas massas em protesto como respaldo para negociações acerca da instauração do processo de *impeachment* realizadas pelos organizadores do MBL dentre a esfera político institucional.

Ao considerar a apropriação realizada pelo MBL acerca dos repertórios construídos historicamente por movimentos de esquerda, em conjunto com os fatores observados ao longo da reconstrução realizada nos dois primeiros capítulos desta pesquisa, constata-se que, além da abertura e apropriação da estrutura de oportunidades políticas, a condução de um novo fazer político na política contenciosa brasileira. Dentre esse novo fazer político ressalta-se o envolvimento direto entre os organizadores do movimento social com a esfera político institucional. O que iniciou com pautas voltadas para o esclarecimento acerca dos escândalos de corrupção, o projeto de Estado mínimo e a reivindicação do *impeachment* de Dilma Rousseff, terminou por efetivar o *impeachment* e, posteriormente, na carona dos

brados das ruas, efetivou a eleição candidatos a Vereadores Municipais e Prefeitos, vinculados e/ou apoiados pelo MBL no processo eleitoral de 2016.

O tratamento de dados realizado nesta pesquisa buscou explorar, localizar e descrever o nacionalismo e a não-violência, de forma crítica. Verificou-se que estes frames constituem marcos multitemáticos utilizados pelo Movimento Brasil Livre. Apurou-se, assim, através de análise qualitativa, que (1) o discurso voltado para o viés nacionalista foi um grande propulsor de mobilização de atores sociais; e, (2) o uso da não violência se tornou um fator de dissociação entre a ação coletiva realizada por atores engajados à direita política e ação coletiva ligada à esquerda política. Para tanto, os dados foram tratados a partir da localização dos *frames* anticorrupção, antipetismo e Estado mínimo.

O marco multitemático relacionado ao nacionalismo utilizado como fator primordial para a mobilização atores sociais contou com a ampla difusão dos *frames* de ação coletiva em busca do reconhecimento das pautas reivindicadas pelo MBL. Em um contexto da grave crise de representatividade política, em conjunto com a insatisfação para com a então gestão política nacional realizada pelo PT, o MBL propagou facilmente seu discurso de repúdio governo oferecendo seu ideal de sociedade através da ideia de unicidade do povo brasileiro.

O potencial articulador que o Movimento Brasil Livre exerceu diante a sua base tomou proporções alarmantes ao se entrelaçar com a esfera política institucional. Ao acompanhar diretamente o procedimento de protocolo do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o MBL demonstrou a relação contida em seu discurso nacionalista que, com o tempo, demonstrou a tônica de um conservadorismo disfarçado por um planejamento de Estado mínimo.

A dinâmica exercida a partir dos enquadramentos do referido ator coletivo, somado com a exaltação dos aspectos nacionalistas com vistas à crença na unicidade do povo brasileiro, além de servir como potencial mobilizatório, também corroborou para que, a partir de uma relação oportunista, o MBL afinasse suas negociações com atores políticos institucionais a partir da força de pressão contida nas mobilizações organizadas por este ator coletivo.

Outro fator que impulsionou a manutenção e continuidade da ação coletiva destes novos atores foi o caráter dissociativo realizado a partir do discurso de não

violência *versus* violência, utilizado para associar à esquerda política à prática de violência. As acusações realizadas pelo Movimento Brasil Livre acerca da ação coletiva praticada por movimentos ligados à esquerda política, ou “contra o golpe”, tachados como violentos (vândalos), não tardou a ser vinculado ao discurso antipetismo, propagando o discurso de ódio veiculado pelo MBL a toda prática ligada à esquerda política.

Os fatores constatados até o presente momento trataram de elucidar a problemática de pesquisa baseada no contexto de surgimento do Movimento Brasil Livre, bem como ocorrera o desenvolvimento de suas pautas a partir da aplicação de seus repertórios de confronto. A dinâmica desses atores coletivos é de suma importância para compreender as ocorrências contidas no campo da política contenciosa brasileira a contar de 2013, considerando este como um canal de abertura junto à estrutura de oportunidades políticas.

No tocante a política contestatória, mesmo com a utilização de um viés oportunista, o Movimento Brasil Livre utilizou do brado de milhares de pessoas que saíram às ruas por todo o país para constituir o reconhecimento de suas pautas perante a esfera civil e política. Fator a ser considerado e explorado com maior profundidade dentre as futuras análises a serem realizadas sobre esse capítulo ocorrido na política confrontacional brasileira.

Ao compreender e evidenciar o contexto de sociopolítico em que ocorreu a abertura na estrutura de oportunidades políticas que possibilitou o surgimento dos referidos atores engajados, esta pesquisa buscou contemplar o objetivo geral proposto inicialmente. A partir da descrição sobre a maneira em que o Movimento Brasil Livre configurou seus repertórios de confronto, buscou-se analisar a dinâmica contenciosa dos atores ligados à direita política, a partir dos marcos multitemáticos sob a análise qualitativa de *frames* e da condução de seus repertórios de ação. A utilização da Teoria do Confronto Político realizada aqui para elucidar o fenômeno social estudado foi de grande importância para compreender o engajamento e o a condução da ação coletiva gerida por estes novos atores engajados na política confrontacional brasileira.

Ressalta-se, ainda, que ao evidenciar o fator empírico de que as ações coletivas realizadas pelo Movimento Brasil Livre abriram indícios para um campo maior que permite explorar questões relativas à política contestatória a partir do

diálogo entre política realizada na base (movimentos sociais) e a política institucional, sugere-se que as discussões realizadas podem ser aprofundadas contando com abordagens que compreendam movimentos sociais e política institucional como complementares, suprimindo as lacunas e sanando as dificuldades encontradas nesta pesquisa quanto ao diálogo sobre este recorte teórico.

Por fim, se conclui que os repertórios, os marcos interpretativos e *frames* de ação coletiva utilizados pelo Movimento Brasil Livre formaram um importante capítulo da política contenciosa brasileira. Ao considerar que:

1. O surgimento deste ator coletivo ocorreu a partir da abertura na estrutura de oportunidades políticas gerada por atores antagonistas através das demonstrações de fragilidade do Estado no ano de 2013;
2. Esta abertura foi fortalecida após a insatisfação de parte da população brasileira com os resultados das eleições de 2014, em virtude das críticas à gestão política nacional de Dilma Rousseff (PT);
3. O elo realizado pelo MBL entre os acontecimentos ocorridos na política contenciosa brasileira nos anos de 2013 e 2014, a partir da criação de marcos multitemáticos possibilitaram a este ator a adoção de demandas anteriormente reivindicadas, bem como a apropriação de repertórios de ação já demonstrados por atores coletivos ligados à esquerda política, potencializando-os ao oportunizar a criação de uma identidade coletiva tolerante, e;
4. O êxito quanto a construção e o uso dos marcos multitemáticos nacionalismo e não-violência, transcorreram como peças-chave em busca de reconhecimento perante as pautas reivindicadas por este ator coletivo nas principais cidades do país desde então figuraram o desenho dos novos atores coletivos engajados na política contenciosa brasileira.

As conclusões inferidas acima demonstram a maneira como os novos atores engajados na política contenciosa brasileira desempenharam sua ação confrontacional, perpassando pelo seu contexto de origem até a efetivação de sua ação coletiva. Ao constatar que o Movimento Brasil Livre utilizou repertórios de confronto pré-existentes historicamente vinculados a atores sociais ligados a

esquerda política, demonstra que a dinâmica confrontacional deste ator pouco difere daquelas já inscritas na política contenciosa brasileira.

A pesquisa realizada aqui ainda possibilitou indícios de que o MBL de fato utilizou a estratégia de adoção de marcos multitemáticos, o que indica importante contribuição empírica para estudos posteriores. Esta estratégia demonstra êxito, mesmo que temporariamente, para o MBL no contexto brasileiro, marcado desde 2013 pela variedade de demandas e posicionamentos políticos da população, que, por exemplo foram do antipetismo à recusa de todo e qualquer partido político. Um exemplo da evidência de que este ator conseguiu ir além do antipetismo, a partir de seus *frames*, é o próprio fato de o movimento continuar existindo após o final do governo do PT. Assim, esta pesquisa constata que, embora este ator coletivo não tenha surgido efetivamente em 2013, ele se organiza em torno do esforço de canalizar os anseios e demandas demonstradas por parte considerável da população brasileira nesse ciclo de protestos, fortalecendo sua ação coletiva durante as manifestações *pró-impeachment*. Para tanto, este ator realizou ampla estratégia de mobilização a partir dos marcos multitemáticos (*multi-issue frames*): nacionalismo e não-violência.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALONSO, Angela. **Repertórios segundo Charles Tilly**. Sociologia e Antropologia, v. 02.03:21 – 41, 2012.

ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013**. Revista Políticas Públicas, São Luís, Número Especial, p. 41 – 47, julho de 2014.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Editora Relume Dumará, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Fundação Editora da Unesp, 2ª edição, 1995.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UNB, 13ª edição, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. *Revista Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 74, mar. 2006, pp. 45 – 45.

BRINGEL, Breno. ECHART, Enara. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”**. Cad. CRH [online]. 2008, vol. 21, num. 54, pp. 457 – 475. ISSN 0103-4979.

CARLOS, Euzenéia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153 – 166, jun. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CODATO, Adriano. BOLOGNESI, Bruno. ROEDER, Karolina Mattos. **A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral no campo conservador**. Direita Volver! Fundação Perseu Abramo, 2015.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **2014 – Novas eleições críticas?** Em Debate, Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 17 – 24, out. 2014.

DATAFOLHA, Instituto. **Dilma (52%) e Aécio (48%) chegam empatados ao dia da eleição**. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1538369-dilma-52-e-aecio-48-chegam-empatados-ao-dia-da-eleicao.shtml>>. Acesso em: 20/01/2017.

_____. **Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto->

cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 20/01/2017.

_____. **Reprovação à gestão de Dilma recua e volta a nível pré-manifestação.** Disponível em: <
<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>>. Acesso em: 20/01/2017.

DOWBOR, Monika. SZWAKO, José. **Respeitável Público... performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013.** Novos Estudos, n. 97, novembro de 2013.

ENNE, Anna Lucia. **Representações Sociais como produtos e processos: embates em torno da construção discursiva da categoria “vândalos” no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013.** Revista História e Cultura, Franca – SP, v. 2, n. 2, p. 174 – 196, 2013. ISSN: 2238 – 6270.

FERNANDES, Eduardo G. **Campos de batalha jornalística: Os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul 21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

GOFFMANN, Erwing. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** Petrópolis, Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431 – 441, Maio/Ago. 2014.

_____. **Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125 – 146, jan./abr. 2016.

HACON, Vanessa de Souza. **A emergência dos *Black Blocks* no contexto das jornadas de junho de 2013 no Brasil: da tática de resistência ao movimento social.** Em Debat: Ver. Dig., ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 12, p. 4-21, jun-dez, 2014.

LIMA, Priscila de Oliveira Novais. **A representação de manifestantes e agentes públicos como atores sociais em textos sobre os protestos no Brasil em 2013.** Tese de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2015.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2001.

MC ADAM, Doug. MCCarthy, John D. ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on Social Movements.** *Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings.* Cambridge University Press, 1996.

MC ADAM, Doug. TARROW, Sidney. **Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 18-51.

MC ADAM, Doug. TARROW, Sidney. TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 76: 11 – 48, 2009.

MENDONÇA, Kleber. DAEMON, Flora. **Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013**. PPGCOM – ESPM. *Comunicação, Mídia e Consumo*, ano 11, v. 11, n. 30, p. 37 – 55, jan./abr. 2014.

MERTON, Robert K. **Estrutura Social e Anomia**. Lisboa, Ed. Meridiano, 1970.

MOURA, Júlia Frank. YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **A criação de uma comunidade imaginada e o verdeamarelismo: análise do discurso do ideal de Brasil e de liberdade do Movimento Brasil Livre**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul – Curitiba, PR, 26 a 28/05/2016.

NETO, Odilon Cabreira. **Um debate sobre a “nova direita” brasileira**. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 773-778, maio-ago. 2016.

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadramento a intervenção**. *Revista Sociedade e Estado – Volume 8, Número 2*, Maio/Agosto, 2013.

_____. **A teoria do frame e a análise dos novos movimentos sociais**. 35º Encontro Nacional da ANPOCS, GT 24 – O pluralismo na teoria contemporânea, Caxambu, outubro de 2011.

OAKESHOTT, Michael. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Borgonha, 2014. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Michael-Oakeshott-Ser-Conservador.pdf>>. Acesso em: 13/03/2017.

OLIVEIRA, Augusto Neftali de. **A ideologia econômica dos presidentes na América Latina: um indicador a partir dos programas de governo eleitorais**. *Ind. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 83 – 98, 2015.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Molduras e enquadramentos: reflexões metodológicas para uma análise interacionista**. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 52, n. 3, p. 405 – 416, set/dez. 2016.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Do Estado Liberal ao Neoliberal**. *Interface*, Natal, RN, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004.

PORTO, Maria Stella Grossi. **A violência entre a inclusão e a exclusão social**. *Tempo Social Revista de Sociologia*, USP, São Paulo, 12 (1): 187 – 200, maio de 2000.

_____. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez de 2002, p. 152 – 171.

_____. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 250 – 273.

SILVA, Gustavo Jorge. **Conceituações teóricas: esquerda e direita.** Revista Humanidades em Diálogo, USP, v. 6. 2014.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Direita, volver?** Jornal da Universidade. UFRGS, maio de 2015, p. 5. Disponível em: < https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_180_-_maio_2015>. Acesso em: 15/03/2017.

SILVA, Marcelo Kunrath. COTANDA, Fernando Coutinho. PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais.** Ver. Sociol. Polit., v. 25, n. 61, p. 143 – 164, mar. 2017.

SILVA, Marcelo Kunrath. PEREIRA, Matheus Mazzilli. SILVA, Camila Farias da. **As raízes do ativismo reacionário contemporâneo no Rio Grande do Sul: as manifestações públicas dos empresários e profissionais liberais gaúchos, 1970 – 2010.** 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 2016. Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st13-7/10270-as-raizes-do-ativismo-reacionario-contemporaneo-no-rio-grande-do-sul-as-manifestacoes-publicas-de-empresarios-e-profissionais-liberais-gauchos-1970-2010/file>>. Acesso em: 15/03/2017.

SINGER, André. **Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas.** Novos Estudos, n. 97, novembro de 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações.** Rio de Janeiro. Ediouro, 1986.

SNOW, David A. **Extending and Broadening Blumer's Conceptualization of Symbolic Interactionism.** Symbolic Interaction, v. 24, n. 3, p. 367-377, 2001.

SNOW, David A. et al. **Frame Alignment Process, Micromobilization, and Movement Participation.** *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, 19, p. 464 – 481, 1986.

SNOW, David A. & BENFORD, R. D. **Ideology, Frame resonance and participant mobilization.** *International social movements research*, 1988, pp. 197 – 218.

TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil.** Política e Sociedade – Florianópolis – Vol. 13 – Nº 28 – Set./Dez. de 2014.

TATAGIBA, Luciana. TRINDADE, Thiago. TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Protestos à Direita no Brasil (2007 – 2015).** Direita Volver! Fundação Perseu Abramo, 2015.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político.** Editora Vozes, 2009.

_____. **The new transnational activism.** New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TELLES, Helcimara. **A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno.** Ponto e Vírgula – PUC SP – No. 19 – Primeiro semestre de 2016 – p. 97 – 125.

TILLY, Charles. WOOD, Lesley J. **Los movimientos sociales, 1768 – 2008. Desde sus Orígenes a Facebook.** Editora Critica, Barcelona, 2009.

_____. **Contentious Performances.** New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. **From mobilization to revolution.** University of Michigan, 1977.

VILLELA, Gustavo. **O Brasil foi às ruas em 2013.** O Globo, 2014. <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>>. Acesso em: 31/10/2016.

WARREN, Ilse Scherer. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417 – 429, Maio/Ago. 2014.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência.** Tempo Social Revista de Sociologia, USP, São Paulo, 9 (1): 5 – 41, maio de 1997.

YVES, Michaud. **A violência.** Editora Ática, 2001.